



Anais da Assembléia

N.º 11

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 007.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Sérgio Spada.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Gerente Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Caíto Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fronseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessutti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte (46); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Aírton Cordeiro, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Leônidas Chaves, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Wilson Fortes e Nestor Baptista (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO DE ANDRADE, pioneiro da cidade de São Jorge do Ivaí e ex-integrante do Diretório Municipal do PMDB daquela cidade.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

JOÃO DE ANDRADE foi um dos pioneiros da cidade de São Jorge do Ivaí. Possuidor de um grande lastro de amizades naquela cidade, seu falecimento consternou toda a população local.

Companheiro de jornada política, pertenceu aos quadros dos filiados no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tendo inclusive participado ativamente do Diretório Municipal do PMDB.

Justa, pois, a lembrança de seu nome nesta Casa, por ocasião de seu falecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Moisés Maluf, cidadão pioneiro de Maringá.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Alfredo Moisés Maluf foi um dos pioneiros de Maringá. Desde 1947, ali se radicou, primeiramente explorando ramo de comércio de Posto de Gasolina, até constituir sólida empresa, MALUF S/A.

Estremamente afável, Maluf transformou seu estabelecimento num marco histórico de Maringá. O Posto de Gasolina de Alfredo Maluf era até uma referência geográfica dentro da cidade canção.

Sua contribuição, entretanto, fez-se notar principalmente pela emancipação político-administrativa de Maringá, quando pertencia ao Município de Mandaguari. Colaborou também para a edificação da Catedral Nossa Senhora da Glória, participou da Fundação do Rotary Clube, da Associação Comercial e Industrial de Maringá, da qual foi presidente, e do Lar dos Velhos de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, o Editorial publicado no jornal "O Estado do Paraná", no dia 10 de março de 1983, sob o título "FALÊNCIA ou INCOMPETÊNCIA".

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de convite ao Dr. George Christófis, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná, com a finalidade de proferir palestra sobre a tese que reivindica ao comércio varejista, melhores condições para o desempenho de suas atividades.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, seja comunicado ao Dr. George Christófis.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 73, do Regimento Interno, mantido o parágrafo único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30 de setembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 — As Sessões Ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 04:30 horas".

Art. 2.º — A duração do expediente das sessões ordinárias será de 02:30 horas, assim distribuídas:

a) — 30 (trinta) minutos para discussão e votação da ata

da sessão anterior e leitura dos expedientes, que se acharem sobre a Mesa;

b) — 30 (trinta) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, proibido apartes;

c) — 90 (noventa) minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de bancadas e oradores inscritos ou, na falta destes a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I — os 30 (trinta) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra, para versar de assunto livre escolha, permitido apartes;

II — os 60 (sessenta) minutos finais, divididos eqüitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à bancada do orador antecedente;

III — aos líderes de bancadas é facultado delegar a liderança dos seus o uso da palavra;

IV — ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes, o uso da palavra ou a indicação de membros da respectiva bancada para fazê-lo;

V — à falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 3.º — Fica criada no horário do expediente das sessões ordinárias das quartas-feiras, a "TRIBUNA LIVRE", com a duração de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa.

Parágrafo único — Ocupará a "TRIBUNA LIVRE", criada por este Art., qualquer pessoa previamente inscrita, em Livro Próprio, representante credenciado por entidade socialmente organizada, para tratar de assuntos de interesse público.

Art. 4.º — Fica revogada a Resolução n.º 01/80, de 19.05.80.

Art. 5.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio: NELSON VASCONCELLOS, OSVALDO ALENCAR FURTADO, HOMERO OGUIDO, NILSO SGUAREZI e uma assinatura ilegível.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê): "Definitivamente o Brasil é o País das contradições.

Se, por um lado, a grandeza dos recursos naturais provocam em alguns, manifestações de euforia que, muitas vezes atingem as raízes da irresponsabilidade; é triste notar que, por outro lado, a falta de coerência de nossos administradores nos leva a situações como a atual, que chega à beira do caos.

O Governo Federal, em mais de uma oportunidade, tem demonstrado uma falta de sensibilidade ao tratar dos assuntos pertinentes às classes produtoras, que só pode ser explicada pela má fé ou pela incapacidade dos homens que formulam a política agrícola do País.

Se, de um lado, fala-se que a recente e malsinada desvalorização do cruzeiro, tem como objetivo principal, desestimular as importações e tornar mais competitiva nos mercados externos a produção nacional, é um verdadeiro contrassenso que se fixe para a agricultura, ainda o esteio da economia nacional, como geradora de recursos externos, Valores Básicos de Custeio que, ao invés de incrementarem a produtividade, servem como desestímulo ao já tão sobrecarregado produtor rural.

Causou, sem dúvida, perplexidade aos tricultores paranaenses a fixação de um VBC absolutamente insatisfatório para a safra do corrente ano de 1983.

Se tomarmos como base uma produtividade média compreendida entre 801 a 1.000 kg/ha, e sem atentar para o efeito, sempre crescente da inflação desenfreada no preço dos insumos agrícolas, na sua maior parte controlados por multinacionais, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB encaminhou ao Ministro da Agricultura expediente explicando os motivos pelos quais o VBC para o trigo, nesta faixa de produtividade, deveria andar por volta de Cr\$ 65.849,00 por hectare.

Sequer esta pretensão foi atendida, tendo o Governo fixado em Cr\$ 55.200,00 o VBC para o trigo, recebendo o grande produtor apenas 33,53% do valor pleiteado.

Ora, Senhores Deputados, se levarmos em conta que, para uma produtividade razoável, acima de 1.200 kg/ha, os custos de produção calculados por técnicos da Cooperativa Agropecuária Morãoense Ltda. - COAMO, andam por volta de Cr\$ 109.327,75.

A tricultura, Sr. Presidente e Senhores Deputados, é uma atividade agrícola que, por ser de inverno, envolve grandes riscos a serem assumidos pelo produtor e é característica de áreas grandes, que comportem e tornam econômica a utilização de equipamento sofisticado e caro, por isso mesmo e em função dos riscos assumidos se faz mister que seja tratada com especial carinho pelos órgãos financiadores oficiais.

Se levarmos em consideração que é o pão, ainda, o alimento básico da maioria dos povos, e que com todo incremento da produção e da produtividade, o Brasil ainda importa duas vezes mais do que produz, não vemos como tornarmos-nos autosuficientes neste precioso cereal, desestimulando de maneira tão gritante sua produção.

O mal, quanto ao VBC já está feito, na sua cegueira e constante contradição, os ministros da área econômica acabam de dar, sob o pretexto de aumentarmos as exportações, um golpe de morte numa das atividades na qual, com grande e patriótico esforço vêm os agricultores lutando para tornar o País auto-suficiente, ou, pelo menos, menos dependente de comprar lá fora a peso de dólares, que custam o nosso sangue, esse produto primário, de fundamental importância para a já tão sacrificada alimentação do brasileiro.

Feito o mal, já irremediável a situação para a safra do corrente ano, no que diz respeito ao Valor Básico de Custeio, resta ao Governo, se um pouco de coerência se pode dele esperar, que procure remediá-lo em parte, estabelecendo um preço de garantia razoável, vinculado à correção cambial, para que possamos esperar da nossa sacrificada agricultura, ainda mais um alento que possibilite termos esperança de atingir dias mais tranquilos.

Foi nesse sentido, Senhores Deputados, que encaminhei à Mesa requerimento reforçando a solicitação já enviada aos Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura pelas Organizações Estaduais de Cooperativas do Paraná, de São Paulo e de Santa Catarina no sentido de que, já que se retirou do agricultor os financiamentos a juros subsidiados, pelo menos, se lhes dê preços razoáveis para a produção."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia num espaço maior fazer algum comentário a respeito da centralização do Governo Federal e da dificuldade cada vez maior por que passa a Nação brasileira governada pelo PDS.

A Oposição, ou mais especificamente o PMDB, através de muito tempo tem criticado o Governo Federal chamando a atenção do aumento da dívida externa. Criticou, mostrou, falou,

mas não foi ouvido, e agora vem o Ministro da Fazenda dizer que o Governo errou ao deixar a economia crescer ao custo da dívida externa.

E a Nação mais uma vez fica perplexa.

Ora, se a Oposição mostrava isso já a alguns anos, e o Governo dizia que a Oposição apenas martelava, falava e não mostrava nada de concreto, por que vem o Ministro hoje dizer que realmente o Governo estava errado. Errado estava e está, ainda hoje a imprensa mostra os aumentos concedidos, determinados pelo Governo Federal. Aumentos de água, esgoto, luz, telefone, aumento do álcool, aumento da gasolina, muito embora a OPEP esteja baixando sistematicamente o preço do petróleo. O aumento do diesel, que vai também aumentar também o preço das passagens urbanas, intermunicipais, interestaduais, o aumento do gás de cozinha.

Continua errando, continua massacrando a população brasileira, e quando alguém da Oposição levanta a sua voz, procura mostrar o caminho, vem a Situação, vem o PDS a dizer que a Oposição apenas martela na mesma tecla e que não mostra uma solução para o caso.

Ora, meus amigos, anuncia-se outra vez, uma minidesvalorização do cruzeiro. Onde evidentemente vamos parar, é que está difícil de saber. Fala-se na reformulação tributária, neste País, para salvar situação dos Estados, e dos Municípios, cada vez mais carentes, cada vez mais pobres, e vem o Sr. Presidente da República no momento em que pede trégua, vem dizer ou descarta, a possibilidade do Governo realizar a Reforma Tributária. Disse isto, enfaticamente, perante a Nação brasileira numa entrevista concedida, assustando mais ainda os municípios, assustando mais ainda os Estados, que têm a sua situação realmente muito difícil. E falam em trégua, e pedem trégua.

Unilateral, não se oferece nada em troca, não se oferecem os direitos do povo brasileiro, não se oferecem eleições livres para esta Pátria brasileira. E nós estamos a ver, lamentavelmente, o Governo autoritário, o Governo do PDS, o Governo imposto. Estamos a ver um Governo muito forte, muito forte, muito grande, mas o comparamos, falando em governo forte, o comparamos a um gigantesco elefante. O elefante é forte, o elefante é realmente muito grande, como é o Governo brasileiro, mas é um elefante solto numa loja de brinquedos, desengonçado, desordenado, caminhando entre os brinquedos e quebrando tudo, ou como um elefante numa loja de cristais, desengonçado, sem rumo quebrando praticamente tudo.

E continua o Governo Federal, a enquadrar jornalistas na Lei de Segurança Nacional, procurando tapar a boca da imprensa, fechar a boca do homem de comunicação, que acusa desmandos, quando a Lei de Segurança Nacional deveria ser jogada aos responsáveis pela explosão do Rio Centro, as explosões em bancas de jornais, na OAB, em Câmara de Vereadores, e o caso Baumgartner, e o Caso Delfim, para isso não existe Lei de Segurança Nacional, mas aí do jornalista como este da "Folha de São Paulo", que ousou levantar a sua voz.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrado o tempo concedido a Vossa Excelência. Concedo-lhe dez segundos para concluir.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Ai deste jornalista, como este cidadão da "Folha de São Paulo", e como outros jornalistas por este Brasil afora.

Quando levantam um problema, quando mostram a desfaçatez deste Governo, lá vem a Lei de Segurança Nacional. E parabéns, nobre Presidente desta Casa, Deputado Trajano Bastos, por sua iniciativa num documento que está sendo encaminhado, justamente para mostrar a posição desta Casa, contra esse fantasma, que é a Lei de Segurança Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Pequeno Expedien-

te, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No decurso da campanha política, na ante-véspera do pleito de 15 de novembro, nós ouvíamos, costumeiramente, quando se falava, quando se afirmava sobre a abertura política.

Após a eleição, nós ouvimos reiteradas vezes o Presidente da República, o desarmamento de espíritos, para que buscássemos soluções para os problemas econômicos da nossa Pátria.

Surpreendidos ficamos todos nós, quando nos deparamos com notícias como esta, hoje publicada na "Folha de São Paulo": "O Procurador da II Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, pretende oferecer denúncia, com base na Lei de Segurança Nacional, contra a publicação do dia 27 último, na Folha intitulada "Conluio desvia 10 milhões da CAPEMI", de autoria do jornalista José Carlos de Assis".

Srs. Deputados, se a CAPEMI teve envolvimento direto com os problemas fartamente noticiados pela imprensa, e do conhecimento da Nação; se o próprio Governo promoveu intervenção da CAPEMI pelas irregularidades que lá aconteceram, é impossível que se possa acreditar que se aplique tão mal a Lei de Segurança Nacional em cima de um jornalista que unicamente cumpre como dever de informar à comunidade, de informar à população, sobre os desmandos e arbitrariedades que acontecem.

Nós precisamos entender que as instituições jurídicas devem ser aplicadas em assuntos a ela pertinentes, nunca seria admissível que invocando a lei do cheque, se processasse alguém que assinou uma nota promissória; nunca se poderia admitir que fosse enquadrado no Código Penal alguém que tivesse cometido uma infração da área civil; nunca poderia se admitir que se enquadrasse na Lei de Segurança Nacional, jornalistas como esse, jornalistas como Juvêncio Massarollo, do Jornal "Hoje" de Foz do Iguaçu, porque não vejo comprometimento nenhum da segurança nacional, nas coisas escritas por esses homens de imprensa.

Talvez muito mais importante fosse que se usasse a Lei de Segurança Nacional para nelas enquadrar os homens que, na verdade, põem em risco a segurança econômica desta Nação, em grandes negociatas no exterior; muito mais importante é que se buscasse rumos verdadeiros, para que se fizesse justiça para com o trabalhador que constrói; muitos e muitos homens que hoje estão por trás daqueles que colocam na Lei de Segurança Nacional, os homens de imprensa desta Nação, deveriam talvez, nessa própria lei, estarem enquadrados por comprometer a segurança, a independência e a economia da nossa Pátria.

Mas, o jornal continua dizendo que, em Brasília, o Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Ruy de Lima Pessoa, defendeu a necessidade da reforma da Lei de Segurança Nacional, que só deve ser aplicada, segundo ele, em casos de crimes que, realmente, põem em risco a segurança.

Ora, minha gente, a continuar da forma como nós estamos as instituições cairão no descrédito. Não se poderá, jamais, invocar uma lei, que defenda realmente os interesses desta Nação, quando ela estiver sendo aplicada erradamente, unicamente na tentativa de fazer a Nação não conhecer os escândalos que se cometem, acobertados pelos homens do poder central.

Fica, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto contra a liberdade da imprensa tão decantada e tão mal respeitada, e o desejo de que a Nação brasileira possa ser informada das barbaridades que acontecem, comprometendo a segurança, a autonomia e a liberdade da nossa Nação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tivemos ocasião de ouvirmos ontem, nesta Casa, diversos oradores com discursos eloqüentes, com discursos até certo ponto classificados de nervosos. Pudemos ouvir quando um ilustre Deputado do PMDB, Deputado Tadeu França, fez uso da tribuna, dizendo que está dando entrada nesta Casa a um pedido de CPI para que sejam apuradas as falências dos municípios. Dizia o ilustre Deputado, no teor de suas palavras, que os prefeitos que há meses atrás deixaram os seus cargos, seriam os prefeitos que lesaram as prefeituras municipais e que causaram esse derrotismo. O que eu respondo ao ilustre Deputado: não posso de forma alguma concordar com o fato de os classificarem como corruptos porque provas por aqui ainda não passaram. Quero dizer a esse ilustre Deputado que sou totalmente favorável à Comissão Parlamentar de Inquérito que se irá instalar para verificação desses fatos.

Quero, desta tribuna, sabendo que não farei parte desta CPI, fazer um apelo a este Deputado que entrou com este pedido, para que a CPI seja igual a todos os municípios, a todos os prefeitos que deixaram seus poderes, os do PDS quanto os do PMDB. Havia prefeitos do PMDB que também deixaram as prefeituras em estado de calamidade pública. Queria pedir mais a este Deputado, pedir que esta Comissão fizesse uma análise mais profunda porque está havendo este caos nas prefeituras, se os motivos não são de raízes passadas há 10, 15 anos, e que houvesse também imparcialidade, solicitando ainda, em especial favor, que fizessem também nesta CPI, um levantamento do futuro Governador José Richa, quando deixou a prefeitura de Londrina. Se esta prefeitura na ocasião continha dívidas, se havia, na realidade, ICMs empenhados por procurações.

Queria também pedir ao nobre Deputado Fiori que me ouvisse e não me apartasse.

O Sr. Fiori Luiz — Eu não estou apartando ninguém, não. O SR. JORGE MAIA FILHO — Queria pedir também que esta CPI seja imparcial e que constem dos Anais dela, os motivos, o motivo que levou o futuro Governador José Richa, no último dia de seu mandato na Prefeitura Municipal, fazer a concessão de 20 anos dos transportes públicos urbanos a uma firma de Londrina. Muito também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me entristeceu a rejeição do nobre Líder do PDS ao fazer um requerimento pedindo urgência para um projeto que está aí para ser votado, dando benefícios e melhorias ao inativo, ao aposentado de nossa terra.

Estranhou-me a atitude da Bancada do PMDB, porque há exatamente 30 dias atrás, o futuro Governador José Richa, em uma reunião na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, fez uma reunião com esses aposentados, com esses inativos, prometendo a eles que seria a primeira coisa que faria em seu Governo, olhar para esses idosos, para esses pobres que trabalharam 30 anos em sua vida...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

Esta Presidência lhe concede 10 segundos para encerrar seu pensamento.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Agradeço, nobre Presidente, mas infelizmente não posso terminar o meu raciocínio e, se for possível, no Horário da Liderança terminarei o meu discurso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Srs. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que traríamos a esta tribuna hoje, é a respeito da vergonha nacional que o Brasil acordou hoje com novos pre-

ços de óleo, gasolina, diesel, álcool. Uma vergonha nacional.

Porém, companheiros parlamentares, gostaria de me referir ao discurso do Deputado Maia Filho, que Vossa Excelência Deputado, quando fosse falar em nome do futuro Governador José Richa ou chamar a atenção desta Casa para citar o nome de José Richa, pensasse muito bem para não dizer bobagem desta tribuna.

Vossa Excelência Deputado, não sei se tem toda dignidade do nosso Governador José Richa. Richa, se Vossa Excelência não sabe, quando saiu da Prefeitura de Londrina foi considerado um dos dez prefeitos do Brasil. Um homem que fez de Londrina a capital mundial do café, que deu àquele povo londrinense, àquele povo altivo, àquele povo trabalhador, àquele povo democrata, que tem mandado para o Senado, que tem mandado para o Governo, tem mandado para esta Casa e para a Câmara Federal homens sérios, homens dignos, homens de responsabilidade como Álvaro Dias, como nossos companheiros daqui da Assembléia, como o Senador Leite Chaves. Londrina é um exemplo e um exemplo que foi consagrado nas urnas no dia 15 de novembro, quando Richa obteve quase todos os votos de Londrina.

Aquele povo se achasse que Richa era corrupto, era desonesto, não teria votado em Richa. Vossa Excelência argumentou muito bem, quando disse que estranhava a atitude do PMDB de não aceitar um requerimento do seu Líder propondo um reajuste aos aposentados. Talvez seja um prêmio de consolação que o vosso Líder queira dar ao aposentado precoce, Sr. Saul Raiz, derrotado fragorosamente nas urnas. Talvez seja a saideira, o vai embora para casa, vai cuidar dos seus netos com 37 anos aposentados e 36 de serviço. Um reajuste melhor para ele morar em São Paulo e fazer as suas viagens internacionais.

Meus companheiros, o Brasil está envergonhado com o preço da gasolina. Está envergonhada esta Assembléia com as palavras do Deputado Jorge Maia.

Mas em compensação, na "Folha de São Paulo", temos ainda alguma esperança para este Brasil futuro. É hora de um civil na Presidência, diz Délio Jardim de Mattos. Depois de quase 20 anos de infelicidade neste País, talvez os militares agora, incompetentes como sempre foram, viram que é a hora da verdade, viram que a bomba está para explodir e não querem ficar com a bomba em vossas mãos, querem jogar um civil.

Devolvam o civil à Presidência da República, acabem com a Lei de Segurança, dêem a ordem democrática, façamos uma constituinte neste País. E nós teremos a capacidade, com um civil, de transformarmos este País num país dos brasileiros, não num país das multinacionais, num país do trabalhador achacado com salário mínimo de 23 mil cruzeiros, operário que tem que pagar pelo gás mil e duzentos e tantos cruzeiros. Os trustes do transporte coletivo que senta na Bancada do PDS, deixa de cobrar passagem mais barata ao nosso trabalhador, deixa nas mãos do civil esta Nação e nós a recuperaremos e a entregaremos às mãos dos brasileiros que é de quem é esta Pátria.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dia a dia a estupefação, ao nos relacionarmos com esta Casa, toma conta de nós. Ontem a minha estupefação maior foi pela corroboração dos conhecimentos fascistóides tão bem conhecidos pela Liderança do PDS, e exatamente foi um regime por eles defendido durante 18 anos, foi um regime inspirado nas ditaduras mais cruéis que a humanidade conhece e, realmente, o douto Líder do PDS de fascismo entende. Mas de "tribuna livre" não haverá de entender. De "tribuna livre" quem haverá de entender é o povo que haverá de vir num diálogo mais profí-

ção e mais constante, trazer mais diretamente, as suas reivindicações e os seus problemas.

Haveremos de implantar nesta Casa e restaurar neste Poder um pouco de sua dignidade, do seu prestígio, quando este Poder está vazio de povo. Por dezoito anos o povo não viu os seus direitos defendidos neste Poder, neste Parlamento. Este Parlamento era a casa das "vaquinhas de presépio" e do "amém", a dizer amém a todos os desmandos dos governos estaduais que por aqui passaram. Era para dizer amém a todos os atos de arbítrio do Poder Federal, até mesmo quando cassava mandatos de representantes dignos, eleitos pelo povo do Paraná.

Realmente, é surpreendente para nós, de formação forjada no meio do povo. Entender, é muito difícil entender a posição dos Deputados do PDS. Quando não pretendem dialogar com o povo nesta Casa, sob o pretexto de que estarão perdendo prerrogativas. Esta Casa é do povo e para o povo, ela haverá de subsistir e crescer no seu respeito, na sua dignidade e só crescerá na medida em que não tivermos medo de ir para o povo e trazer o povo a este Parlamento, para ouvir, de viva voz, os seus reclamos e os seus protestos.

Mas desejo denunciar, a este Poder, as tentativas dos corruptos por nós já denunciados, através de telefonemas a querer nos intimidar com processos disto ou processos daquilo. As denúncias estão sendo provadas e comprovadas e este Deputado tem o destemor de poder afrontar e enfrentar todos os corruptos que tivemos conhecimento e denunciá-los ao povo do Paraná para que se faça justiça.

O povo desiludido está de presenciar e conviver com tanta corrupção, com tantos desmandos e com tantas bandalheiras. Talvez sejamos a última esperança deste povo angustiado, descrente atingido em sua alma e seu raciocínio. Dezoito anos de lavagem cerebral quando tiravam dos órgãos de imprensa o poder da comunicação livre e democrática.

Senhores, a luta está começando. Ela não terá trégua enquanto este Parlamento não passar a ser respeitado pelo povo e voltar a readquirir o seu prestígio e a sua credibilidade.

Iremos em frente para fazer do Paraná a Nação sonhada pelos trabalhadores, expurgando da administração pública, todos os corruptos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio José de Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos e companheiros que prestigiam a sessão de hoje.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, com propósito de ratificar o nosso compromisso de luta, divulgado em todo o período pré-eleitoral, e que hoje, transformando em programa de realizações, esperamos debater com os companheiros que por eles se interessarem. (Lê):

"Não é de hoje a nossa luta. A caminhada vem de longe. Vem desde os tempos de escola, na reconstrução da criminosamente reprimida União Nacional dos Estudantes. Tempos do 477 e do AI-5. Tempos das cassações, torturas, prisões, exílios. Tempos difíceis de esquecer. Tempos em que o obscurantismo chegava às raias do absurdo. Como o episódio ocorrido, aqui no Paraná, do fechamento da Escola Infantil acusada de doutrinação ideológica de bebês. Eram tempos de ditadura escancarada.

Hoje, os tempos são outros. A nação continua mergulhada em profunda crise política resultante das diretrizes antipovo e antinação exercidas pelo regime autoritário que usurpou o Poder e afastou as camadas populares do inalienável direito de participar e dirigir seu próprio destino. Se ontem, feroz ditadura, o regime hoje se apresenta com nova face na tentativa de auto-re-

forma para continuar tutelando a Nação e dirigindo o País a inteiro serviço dos grandes monopólios e do capital financeiro internacional.

Nestes últimos anos, o crescimento da onda de indignação e de repúdio manifestado nas lutas populares, canalizadas politicamente pela ampla frente de Oposição Democrática, forçou o regime a fazer concessões autodenominadas ora de "Distensão" (Geisel), ora de "Abertura" (Figueiredo).

Hoje, a conjuntura política incorpora os contornos da abertura e mantém o miolo autoritário do regime. A abertura foi engendrada de forma a que os mecanismos de dominação a disposição do Governo permaneçam praticamente intocados, integralmente capazes de decidir e de impor a sociedade nos campos político, econômico e social, o que quiser e como quiser, assegurando os mesmos privilégios à minoria de sempre. E o cerne autoritário do regime é constituído pela existência intocada dos órgãos de pressão política e pelo medieval arcabouço jurídico das Leis de exceção ainda vigentes: Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Lei Falcão, Lei de Greve, compondo um quadro que dificulta a participação do povo nas decisões nacionais.

Hoje também, os tempos são outros no campo econômico e social. A crise política a que nos referimos acompanha-se da crise social e econômica. Desmascarou-se o "milagre" brasileiro, descortinando a triste realidade da dependência econômico-financeira sob o comando do FMI, dos 90 bilhões de dólares da dívida externa. Triste realidade do desemprego que já atinge 10% da mão-de-obra nacional e da miséria e da fome que assola 70% dos lares das famílias que teimam em sobreviver com uma renda de até dois salários mínimos. Realidade esta que no Paraná se expressa de forma cristalina na existência de 700 mil "bóias-frias" e na extinção de mais de 100 mil pequenas e médias propriedades agrárias nos últimos dez anos.

A saída para a crise é uma só: a via democrática. Recuperar a democracia é o único caminho seguro. Trazer e integrar ao debate, com poder de decisão e ampla liberdade de organização, todas as correntes de pensamento e ação, abolindo as leis de exceção, restaurando as prerrogativas do Legislativo, garantindo eleições diretas, coroando esses passos com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, único instrumento capaz de estabelecer uma verdadeira trégua na Nação brasileira.

A democracia é o remédio eficaz, indicado para superar estes dias de tenebrosas perspectivas. Fundamental nessa caminhada é a participação da classe trabalhadora. O elitismo preconceituoso dos dominadores continuará tentando impedir a participação dos trabalhadores na implantação da democracia política, econômica e social. E por isso mesmo assinalamos, perante todos os democratas e homens de boa vontade, que a classe operária e as camadas populares, do campo e da cidade, jamais traíam os interesses da Pátria. Ainda que vítimas da mais brutal exploração, os trabalhadores são leais integrantes da frente democrática constituída também pela classe média e setores do empresariado nacional. Os trabalhadores continuam fiéis ao Brasil, não participam de tranbiques, nem dos expedientes entreguistas dos que traíram nossa independência e nossa soberania comprometendo o futuro da Nação.

Mas a História nos ensina que o destino da humanidade e dos povos é o progresso. E o povo brasileiro alarga aos poucos a abertura conquistada nas masmorras do autoritarismo. O quadro político atual admite uma maior mobilização na defesa dos interesses populares. A reconquista do direito de eleger os Governadores de Estado representa um avanço na vida política nacional. A diferença de seis milhões de votos, favorável às Oposições confirmam o anseio de mudança existente na Nação. Aqui no Paraná, a aposentadoria política tardia do Sr. Ney Braga e o retorno ao arquivo morto do precocemente aposentado Sr. Saul Raiz representam derrotas que tem um

significado social e político pouco analisado.

A vitória do PMDB no Paraná, configurada não só pela eleição do Governador José Richa, mas também do Senador Álvaro Dias, da maioria dos Deputados e da maioria dos Prefeitos, impôs às classes sociais conservadoras e às elites políticas dominantes do Estado uma dura lição: de que, numa conjuntura política de redemocratização, persistir no estilo mandonista/submisso da prática política é apressar o suicídio político. E ninguém mais mandão do que o Sr. Ney Braga e nada mais submisso do que o quadro partidário do PDS no Paraná até 15 de novembro de 1982.

E o PMDB do Paraná, robustecido pela incorporação do extinto PP, vitalizado pela convivência diária das suas lideranças e dos seus militantes com a vida comunitária, rejuvenescido constantemente pelo fraterno debate ideológico entre suas diferentes correntes de pensamento e de ação e sobretudo, fortalecido organicamente pela ampla e sólida rede de diretórios partidários, construiu diligentemente os pré-requisitos necessários à vitória. Quando, no processo eleitoral propriamente dito, o Comitê de Campanha do Governador José Richa conseguiu dar forma e conteúdo a uma proposta de Governo que, além de conter o diagnóstico crítico e contundente das misérias da vida econômica e social paranaense, expressou concretamente as transformações políticas e administrativas que o Paraná exige, estava dada a fórmula final da vitória. E esta só não foi mais fácil porque enfrentamos no campo da batalha eleitoral a pressão do Poder Econômico e as manipulações da máquina administrativa do Estado por candidatos-parentes ou protegidos do falecido Governador Ney Braga.

Mas a luta continua. Ontem, hoje e amanhã será permanente nosso compromisso com os explorados e oprimidos. A conquista de um regime de liberdades públicas, de respeito aos direitos humanos e a construção de uma sociedade nova sob a égide da justiça social se aproxima. Aproxima-se e se dará com o desvendamento e punição dos escabrosos episódios de corrupção que vêm se repetindo nestes anos todos de vigência do autoritarismo, a exemplo do recente "tombo" natalino da Delfim e do BNH, cujo prejuízo (60 bilhões) para a Nação foi maior do que todo o orçamento do Ministério da Saúde para 82 (58 bilhões). Aproxima-se e se dará, a conquista de uma sociedade nova, com o abandono do atual modelo econômico que superexplora as classes trabalhadoras, estrangula as iniciativas do capital nacional, inibe a criação e desenvolvimento da nossa ciência e tecnologia. E esta conquista se dará não como dádiva, mas sim como resultado de muita luta e união do povo.

Luta e união das quais participamos e que devem estar centradas na busca da democracia, contra o regime político autoritário que persiste infelicitando nosso povo e dificultando sua organização. Pois é no combate ao arbítrio que contribuímos para forjar no Paraná a frente política que governará nosso Estado a partir do próximo dia 15. E é participando dessa frente política que, antes com uma linguagem eleitoral e agora com uma linguagem de realizações, nos propusemos a defender:

NO CAMPO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA

- 1 — Uma nova política estadual de saúde contra a incompetência e demagogia imperantes hoje neste setor;
- 2 — Melhores condições de trabalho e remuneração aos profissionais de saúde que prestam serviços à comunidade paranaense;
- 3 — O fim dos favoritismos e a justa distribuição de medicamentos e vacinas.

NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- 1 — Uma nova política estadual de educação e cultura e fim do "coronelismo" neste setor;
- 2 — mais verbas para a cultura, pesquisa e ensino, inclusive na área do excepcional;
- 3 — A escolha por professores, alunos, funcionários e comunidade, de diretores e reitores das instituições de ensino;

4 — O reconhecimento da UPES, UPE e UNE;

5 — O ensino gratuito em todos os níveis.

NO CAMPO DO SINDICALISMO E MOVIMENTO POPULAR

- 1 — A liberdade e autonomia sindical em relação ao Estado e aos partidos políticos;
- 2 — Apoiar a luta dos movimentos populares por creches, pela preservação do meio-ambiente, contra a carestia, pela reurbanização das favelas;
- 3 — As legítimas reivindicações do movimento sindical paranaense, tais como a atual mobilização pela derrubada do Decreto-Lei 2012/82 que alterou a política salarial de forma a confiscar de 10 a 35% dos já minguados rendimentos da classe trabalhadora;
- 4 — A estabilidade no emprego e direito de greve sem restrições;
- 5 — O retorno da participação dos trabalhadores na gestão da Previdência Social.

NO CAMPO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA

- 1 — Preços mínimos justos e acesso ao crédito agrícola ao pequeno e médio produtor;
- 2 — As terras paranaenses da devastação e do uso abusivo de agrotóxicos que resultam em desequilíbrios ecológicos;
- 3 — A implantação de uma reforma agrária ampla que contemple os interesses da maioria da população que interrompa a expulsão do trabalhador agrícola do campo.

NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

- 1 — A urbanização das favelas e a posse dos terrenos urbanos ocupados;
 - 2 — Uma política de transportes coletivos eficientes e a custos compatíveis com os orçamentos dos trabalhadores;
 - 2 — Uma nova legislação tributária que distribua melhor os recursos arrecadados e que dê aos municípios condições de estabelecer e viabilizar soluções para seus problemas.
- #### NO CAMPO DAS MULHERES E MINORIAS
- 1 — A efetiva participação da mulher no processo político decisório;
 - 2 — A garantia de emprego e melhores condições de trabalho para as gestantes e mulheres em geral;
 - 3 — Exigir o cumprimento da legislação que dispõe sobre a instalação de creches nos locais de trabalho;
 - 4 — O direito de ter os filhos que desejar, sem interferência do Estado;
 - 5 — A preservação da cultura indígena. E a imediata demarcação das terras dos índios existentes no Paraná;
 - 6 — O fim da discriminação racial e o justo reconhecimento do papel do negro no desenvolvimento de nossa sociedade.

Esta tem sido a nossa bandeira de luta que, com coerência e coragem, nos propusemos a continuar levando adiante. Bandeira que será levada adiante com os companheiros de bancada e inclusive com aqueles que estarão, dentro de alguns dias, investidos de responsabilidades executivas no Governo do Estado, e para os quais estarão voltadas as expectativas de realização das mudanças apregoadas na campanha eleitoral. Para isso contamos com o apoio e as críticas dos movimentos sociais organizados e dos companheiros de partido."

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — De pronto concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Em primeiro lugar, Deputado Márcio, para saudá-lo como novo integrante desta Casa, nós que o conhecemos de nome, da nossa vizinha Londrina, e que Vossa Excelência goza como comprovou nas urnas de grande prestígio, não só em Londrina como em todo o Norte do Paraná, nossa saudação por vê-lo nesta Casa.

Deputado, acompanhando o seu pronunciamento, gostaríamos assim de trocar talvez uma idéia com Vossa Excelência

como Vossa Excelência propõe, eu gostaria assim que Vossa Excelência pudesse sanar uma curiosidade pessoal.

Qual seria assim, no terreno filosófico, ideológico, o que mudaria, o que mudará, já estamos assim na ante-véspera praticamente dessa alteração administrativa no Estado, o que mudará a nível assim das expectativas populares, o que mudará realmente em função daquela pregação, talvez assim não manifestamente bem posicionada ideologicamente, mas feita de uma forma que, o seu partido foi vitorioso nós reconhecemos isto. Isso realmente deveu-se não há uma compreensão profunda do movimento ideológico, mas sim de uma aspiração popular mais simplista, mais imediatista, em que via nas dificuldades pessoais da sobrevivência do dia-a-dia uma grande esperança no Partido da Oposição, até então hoje da Situação.

Gostaria, Deputado Márcio, e Vossa Excelência tem capacidade para isto, pudesse nos dizer assim ideologicamente e filosoficamente, o que o Governo do Estado, agora nas mãos do seu partido, vai fazer para que esta expectativa criada entre as classes menos favorecidas, poderá mudar a partir da próxima terça-feira.

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — Nobre Deputado, agradeço o aparte, e a contribuição que nos permite aprofundar um pouco mais o nosso pronunciamento.

Embora mais adiante, a gente deixe concretamente registrando os pontos de mudança que nos diversos campos da atividade econômica e social do Paraná, se introduzirão modificações e foram pontos que nós incorporamos à plataforma política eleitoral, pessoal mas, retirados do programa partidário e dos documentos que o Instituto Pedrosa Horta ligado à Direção Nacional do PMDB, elaborou através de seminários de debates para todo o âmbito nacional, mas que o grupo de diretrizes da campanha do Governador José Richa, teve o cuidado e a preocupação de detalhar e adequá-lo à realidade paranaense.

Do ponto de vista ideológico e filosófico, acompanhando a terminologia adotada por Vossa Excelência, a modificação fundamental que o povo paranaense, a partir da próxima semana, não só enxergará, mas, principalmente dela fará parte, é a inversão da tomada de decisões. Na medida em que, na análise com a qual concordamos, o que tem predominado nos governos estaduais ocupados, até hoje, pelo PDS, tem sido a definição de diretrizes e a tomada de decisões de uma forma elitista, de uma forma restrita, que tem limitado a participação dos segmentos da sociedade diretamente interessada nos encaminhamentos que se faz em termos de programa de Governo.

Este será o ponto de inversão principal que, a partir de terça-feira, tenho a certeza, todos os paranaenses acompanharão, como já tem, inclusive, sido uma prática, após os resultados eleitorais. Nesses meses de definição de equipe de Governo, ao contrário do que se tem acusado o Governador José Richa e a sua equipe mais central, várias têm sido as discussões as reuniões dos representantes dos segmentos sociais de todo o Paraná. E essa, na minha forma de ver, será a modificação, repetindo, ideológica, filosófica, fundamental, na proposta e na realização do Governo do Paraná, a partir de terça-feira.

Os demais pontos que resultarão dessa diretriz, eu me reservo, para, mais adiante, especificadamente mencionar. Concedo aparte ao nobre Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado pelo aparte.

Indiscutivelmente, acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, fica uma expectativa, e há razão de ser na pergunta formulada pelo ilustre Deputado Gabriel Sampaio.

O povo do Estado do Paraná está numa expectativa muito grande. Afinal, foram 600 mil votos de diferença de um para outro candidato. O povo do Estado do Paraná, acompanhando a onda de desemprego, acompanhando a desparanização, acompanhando uma série de fatos lamentáveis que ocorrem ao Estado do Paraná, fica a perguntar:

O que vai mudar com o Governo do PMDB?

O que vai mudar com o Governo José Richa?

Eu tenho a impressão que a explicação é simples e talvez, lógica.

Acho que o Governo de Richa, acima de tudo, deverá fazer aquilo que não fez Ney Braga; e deverá não fazer aquilo que fez Ney Braga.

Afinal, o ex-Governador passou pelo crivo popular. Ele tinha pretensões de chegar à Presidência da República do Brasil, e fez um teste, inclusive: colocou a sua administração ao crivo popular, ao crivo do povo. E a decepção foi total. Ele foi aposentado. Está com a sua carreira praticamente liquidada, politicamente falando. Então, errou no seu Governo, errou, pelo menos, neste seu segundo Governo. E o povo queria uma mudança, e foi, naturalmente, atrás desta mudança, não pelo desespero da situação atual, mas foi atrás de uma mudança, de uma proposta, de um outro fato.

Estamos acostumados, já há tantos anos, com governos indicados, governos colocados. Tenho comigo que, quando alguém ganha alguma eleição para qualquer cargo, sem disputar esse cargo, essa pessoa não tem muitos compromissos, não. E chega até a dizer, estou aqui porque me pediram, fui nomeado Governador, ou fui nomeado isto ou fui nomeado aquilo. Nessas eleições, a coisa foi bem diferente. Os homens saíram pela rua pedindo o voto para deputado, pedindo para ser governador como o senhor pediu para ser deputado estadual. Então há uma alteração e há uma responsabilidade muito maior por parte do futuro Governador do Paraná, muito maior do que o seu antecessor.

Acho que a coisa há de mudar, há de mudar para melhor e que se instale no Governo do PMDB, o que o povo do Paraná mais quer, a seriedade, a honradez, acima de tudo.

Obrigado, Deputado.

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — Agradeço a contribuição do nobre Deputado Ferrari Júnior e continuo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — Deixe eu só concluir o meu raciocínio e já em seguida concederei o aparte.

Esta sociedade nova em que se aproxima a conquista, se dará com o abandono do atual sistema econômico que superexplora as classes trabalhadoras, que estrangula as iniciativas do capital nacional. Inibe a criação da ciência e tecnologia verdadeiramente nacionais e esta conquista não se dará como dádiva e sim como consequência de muita luta e união, união e luta das quais participamos e que devem estar centradas na busca da democracia, como dissemos anteriormente, contra o regime político autoritário que ainda permanece, infelicitando o povo e dificultando a sua organização, pois é no combate ao arbítrio que contribuimos para forjar no Paraná a frente política que governará nosso Estado, a partir do próximo dia 15 e é participando dessa frente política que antes, com a linguagem eleitoral e agora com a linguagem de realizações, nos propusemos a defender os seguintes pontos, distribuídos em sete campos de atuação econômica e social do Paraná e antes de entrar propriamente nesses pontos, concedo o aparte ao nobre Deputado que o pediu.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, agradeço a Vossa Excelência e digo a Vossa Excelência que a juventude sempre foi afoita. Vossa Excelência sabe bem que nós nunca concordamos com a conduta do Governo Federal. Agora, não vamos admitir que Vossa Excelência venha falar de Ney Braga porque foi um dos paranistas que lutou pelo Paraná, lutou por sua gente. Quisera Deus e vamos pedir em nossas orações que seu Governador faça pelo Paraná, o que Ney Braga fez, que seu Governador, sua bancada e seu partido, possam ter a ventura de fazer

pelo Paraná, o que este Governo fez, do PDS, da ARENA e desde Paulo Pimentel.

Pedimos a Deus que Vossa Excelência não se decepcione e que, principalmente, Deputado, agradecendo o seu aparte, não decepcione o povo do Paraná e haveremos de ver, Deputado, porque o tempo é o maior conselheiro e diz um adágio popular: "não guarde a água antes de subir o morro".

Muito obrigado.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Gostaria de dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel que nós, do PMDB teremos toda certeza e toda confiança que o futuro Governador do Paraná, José Richa, jamais será como Ney Braga, que só prestigiou grupos, autoritarismos, fazendo injustiças no Paraná e nós estamos num partido que traz a democracia e que o povo tenha participação conosco na administração, e dizer também ao Deputado Jorge Maia que quando se tocar no nome do Governador José Richa, tenha um pouco mais de solidariedade, de reconhecimento, de saber as qualidades brilhantes que possui José Richa no nosso Estado. E tanto é, que nós atribuímos essa vitória do PMDB no Paraná, em consequência do nome de José Richa, pela sua honestidade, como deixou a Prefeitura de Londrina intacta ao povo de Londrina, não usou da Prefeitura para os seus interesses particulares. E é por isso, nobre Deputado, que a vitória do PMDB, o PMDB paranaense, teve a felicidade de ter nomes importantes como José Richa e Álvaro Dias, e também na verdade, o reconhecimento ao ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Vossa Excelência frisava, que Richa ao deixar a Prefeitura de Londrina, deu uma concessão a uma empresa de ônibus. Mas se ele o fez conforme disse Vossa Excelência, acho que ele fez muito bem, porque o monopólio da Viação Garcia de Londrina, através dos interesses tirados do Governo do Estado na época do Sr. Ney Braga, não oferecia condições aos passageiros do nosso Estado do Paraná.

E gostaria de frisar a Vossa Excelência que respeitamos toda dignidade do Governador José Richa, que há em vocês uma preocupação muito grande, mas que do povo paranaense não existe preocupação alguma na administração do futuro Governador do Paraná. Porque reconhece na verdade as suas qualidades. E, numa outra oportunidade, estaremos aqui também a dizer a Vossa Excelência sobre as prefeituras, que Vossa Excelência afirmava que não existe provas, mas as verdadeiras provas que temos são os funcionários que estão há 4 meses recebendo na região em que demandam como parlamentar, que os armazéns já não vendem aos funcionários, e gasolina que era consumida durante um mês, um milhão e duzentos mil cruzeiros, hoje, nós vemos lá, nos meses de outubro e novembro, o faturamento de três milhões e setecentos cruzeiros e que a prefeitura não adquiriu mais viaturas.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Jorge Maia — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — Logo em seguida, Deputado. Então, prosseguindo, como dizíamos, a proposta agora de realizações que nos comprometemos a defender nesses anos de trabalho nesta Casa, pode ser sintetizada nos seguintes campos de ação econômica e social do Paraná: na saúde e na assistência médica, urge uma nova política estadual de saúde contra a atual que tem demonstrado a incompetência de resolver nos seus limites de ação, os problemas de saúde que acomete a maioria da população paranaense e pelo fim do favoritismo e a justa distribuição de medicamentos e vacinas, a todos os municípios independentemente da cor partidária do seu Chefe do Executivo. No campo da educação e da cultura, uma nova política estadual de educação, que implique no fim

do coronelismo existente no setor que concretamente dentro da nossa proposta, implica na escolha de diretores e de reitores e de entidades educacionais, pelos professores, alunos, funcionários e comunidade. Pela destinação no campo da educação e da cultura de mais verbas, inclusive para o ensino. Pelo reconhecimento da União Paranaense dos Estudantes Secundários, União Paranaense do Estudante e apoio e solidariedade à luta pela legalização da União Nacional dos Estudantes.

No campo do sindicalismo e do movimento popular, tem destaque a participação e o apoio na luta dos movimentos populares por creches, pela preservação do meio ambiente e contra a carístia. E o apoio e solidariedade, ao Movimento Sindical Paranaense, tais como o atual, a atual mobilização pela derrubada do Decreto Lei 2012 de 82, que alterou a política salarial de forma a confiscar de 10 a 35% dos já minguados rendimentos da classe trabalhadora.

E em seguida, no campo da política agrícola e agrária, no campo do desenvolvimento urbano, e no campo das mulheres e das minorias, se compromete, como é de resto o compromisso do próprio programa partidário, a estar ao lado dos pequenos e médios comerciantes e industriais, da classe trabalhadora e dos demais segmentos que vêm sendo oprimidos pelas atuais políticas estaduais no campo econômico e social.

Esta tem sido a nossa bandeira de luta, que com coerência e coragem nos propusemos a continuar levando adiante. Bandeira que será levada adiante com os companheiros de bancada, e inclusive com aqueles que estarão dentro de alguns dias investidos de responsabilidades executivas do Governo do Estado.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Fiori Luiz, que tinha pedido, em seguida ao Sr. Deputado Jorge Maia.

O Sr. Fiori Luiz — O aparte é bem sucinto, nobre Deputado.

Esta Casa sente-se engrandecida com a presença de Vossa Excelência. Londrina o respeita como um excelente Secretário de Saúde que o foi, como o dinâmico Presidente do meu partido lá, PMDB e Vossa Excelência foi o grande responsável pela vitória esmagadora do PMDB em Londrina.

Sua presença nesta Casa, tenho certeza, será de muita utilidade para todos nós. Parabéns, Deputado.

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA — Agradeço os elogios que eu retribuo ao Deputado Fiori Luiz. Creio que não há mais tempo e para encerrar, pedindo desculpas ao Deputado Jorge Maia, só ratificamos que para o trabalho que pretendemos desenvolver, contamos com o apoio e as críticas dos movimentos sociais organizados e dos companheiros de partido, de bancada e dos demais setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná.

Era isto e agradeço a atenção. (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças, pela Liderança do PMDB, concedo a palavra à Senhora Deputada Ironi Pugliesi pelo tempo de 15 minutos.

A SENHORA IRONDI PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra Deputada.

As comemorações do Dia Internacional da Mulher, a 8 de março, nos remetem novamente a esta questão ainda tratada em nossa sociedade como um problema secundário e sob a roupagem de modismos que apenas mascaram velhos preconceitos. Em sua essência, a situação da mulher no Ocidente pouco mudou desde o 8 de março de 1857, quando 139 mulheres morreram queimadas por se negarem a voltar ao trabalho numa indústria têxtil de Nova Iorque. A violência como exer-

cício da dominação ainda é a marca principal em sua existência.

Neste quadro é preciso avaliar, com rigor, mesmo os dados que estariam a apontar uma evolução positiva na situação da mulher em nossa sociedade. Muito se tem dito sobre os progressos alcançados, especialmente no que se refere a inserção da mulher no sistema produtivo e, em decorrência, a superação de barreiras ideológicas e culturais que mantêm submissa e explorada ao extremo.

No Brasil, a mulher representa 52% da população e o último censo demonstra um número elevado participando do mercado de trabalho. São 14.700.000 mulheres, trabalhando ao lado de 30.600.000 homens. Um número significativo, se levarmos em conta que ele cresceu na última década. O certo é que nos anos 70 se operou uma grande transformação e na condição da mulher em nosso País.

De 1969 a 1975, por exemplo, quintuplicou o número de mulheres na Universidade. Estas passaram de 100 para 500.000, enquanto que o número de homens apenas pouco mais que dobrava, passando, no mesmo período, de 200 para 500.000. Em 1969 havia uma mulher para cada dois homens na Universidade e de 1975 em diante este número estabilizou-se em torno de um por um, média muito alta para um País subdesenvolvido.

No que se refere à força de trabalho, informa a escritora Rosi Marie Muraro, de 1970 a 1976 a feminina praticamente dobra de seis para quase doze milhões de mulheres. A partir de 1976, ou seja, na época em que se aprofunda a ressecção econômica, a força de trabalho feminina continua crescendo, e de 1979 a 1980, quem decresce é a força de trabalho masculina.

Algumas correntes feministas, saudaram estas transformações como vitória da mulher. Estes números foram manipulados demagogicamente, como resultados de conquistas do movimento feminino, e indicadores do progresso social. Mas é necessário, Srs., observar, com mais profundidade estes fenômenos antes de saudá-los.

Se as mulheres passaram, a representar, uma parcela mais significativa da força de trabalho em nosso País, se passaram, a equilibrar com os homens sua presença na Universidade, devemos ter claro em que condições isto se dá e as razões maiores que determinam este processo.

A verdade, é que as mulheres continuam conseguindo emprego nos tempos de crise e recessão. Mais do que os homens. E isto não representa uma conquista, pelo contrário. O salário real da mulher ainda hoje, é inferior ao do homem em quarenta por cento; pelo mesmo trabalho. As empresas preferem admitir mulheres em vez de homens, devido ao seu menor salário. E não apenas por isso. As tradições de dominação da mulher em nossa sociedade tornam mais fácil a submissão e controle do trabalho feminino.

O sistema é capaz de manipular todas as conquistas referentes à condição da mulher, todas as vitórias do feminismo em relação a força de trabalho. Em épocas em que a rotatividade de mão-de-obra se acelera, há uma ilusória vitória das mulheres devido aos seus mais baixos salários. A entrada maciça das mulheres, tanto para a Universidade quanto para o mercado de trabalho tem um lado negativo, que é este tipo de manipulação. A substituição da força de trabalho masculina pela feminina é, antes de tudo, uma forma de aprofundar a exploração dos trabalhadores.

Este fenômeno está acontecendo, no Brasil, nos dois extremos da escala de salários. O número de mulheres que ganha mais de 10 salários mínimos quase que duplica na década de 70. Mas o que os números do IBGE não revela, é como se dá a entrada da mulher também nestas faixas salariais mais altas. Aí, acontece o mesmo. Como as mulheres ganham menos que os homens, mesmo nas faixas de altos salários, aí elas passam a ser preferidas, no caso em que isto é do interesse das empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que pretendemos demonstrar é que aquilo que é apresentado como uma conquista das mulheres, pode significar um prejuízo social muito maior. A inserção da mulher no sistema produtivo brasileiro, seu crescimento como força de trabalho, na verdade, foi mais um fator a favorecer a concentração da renda, dos lucros. Foi uma forma de ampliar a exploração do trabalho pelo capital.

Para que haja uma repartição mais justa da renda no Brasil, é preciso que se modifique a condição de homens e mulheres ao mesmo tempo. É preciso que a sociedade inteira tome consciência desta sofisticada forma de discriminação, que vai se tornando cada vez mais aguda em nosso País.

Mais mulheres trabalhando, infelizmente, não significou um avanço social. Representou, isto sim, mais exploração.

Nas fábricas, as mulheres além de serem submetidas a todos os instrumentos de pressão que se aplicam sobre os trabalhadores, sofrem uma dose a mais de opressão. Nem os direitos garantidos na consolidação das leis do trabalho são respeitados, em relação ao trabalho feminino. No campo, as mulheres bóias-frias ganham menos do que 60% do salário mínimo. Quantia equivalente ao que se paga pelo trabalho infantil. Não é necessário que descreva aqui as condições subhumanas de vida e trabalho, a que são submetidas estas trabalhadoras.

No Brasil, 80% das mulheres que trabalham, atuam como: empregadas domésticas, bóias-frias, professoras, enfermeiras sem qualificação, tecelãs. Em todas estas profissões trabalham sem direitos mínimos garantidos.

A mulher, em nosso País, foi chamada ao trabalho pelas contingências da superexploração dos trabalhadores, como forma de ampliar a renda familiar insuficiente, com os pequenos salários pagos aos homens. E sobre elas pesa o trabalho extra de cuidar da casa, da alimentação e dos filhos. Neste quadro de exploração a condição da mulher é aflitiva. Doenças femininas atingem a absoluta maioria das que trabalham. Normalmente como resultado da falta de alimentação adequada, de cuidados médicos e da estafa física e mental. O direito de ter filhos com saúde e possibilidades de escolarização, é ainda uma aspiração.

A mulher brasileira enfrenta um processo difícil e que se vincula com a própria situação da infância. Temos, entre nós, uma das taxas de mortalidade infantil mais alta do mundo. Morre uma criança por minuto no Brasil. Ter filhos para a mulher brasileira é uma aventura de alto risco. Por isso é grande o índice de abortos. Dos 3.000.000 de abortos realizados por ano, 10% resultam em morte de mulheres. E pelo menos 80% das que realizam, ficam com problemas graves e crônicos que abalam sua saúde para sempre.

Estes são os traços da verdadeira situação da mulher no Brasil. O de extrema dominação que ainda é sacramentada na Legislação vigente. Nossas leis ainda tratam a mulher como irresponsável, quase que praticamente na mesma situação dos menores. Como exemplo, o código civil prevê que a mulher deve abandonar seu emprego, quando o marido concluir que atrapalha as tarefas domésticas; ele é o cabeça do casal para todos os efeitos legais. E a mulher, mesmo sendo chamada ao trabalho para produzir mais por menores salários, porque é submetida a regimes mais duros, e a mais horas de trabalho, normalmente, não tem direitos iguais para sua proteção. E se a situação geral dos trabalhadores neste País é resultado da máxima exploração, pior ainda é o da mulher, explorada num grau ainda maior e das formas mais degradantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A situação das mulheres é diferente da de qualquer outro grupo social. Isto porque não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana, a sociedade. As mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição

humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. Mas em nossa sociedade sua situação é comparável a de uma minoria oprimida.

Até que haja uma transformação na produção. A situação do trabalho prescreverá a situação das mulheres dentro do mundo dos homens, e dentro do mundo dos homens sob a determinação das leis e relações da sociedade de classes. O problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foi reconhecido pelo movimento social em todo o mundo desde o século passado. Faz parte da herança clássica da perspectiva de transformação do mundo. Contudo, hoje, no Ocidente, o problema tornou-se elemento subsidiário, se não invisível, nas preocupações sociais. Quando muito é visto como questão interessante, como modismo a ser superado por novos interesses deflagrados pela sociedade de consumo.

A questão é mais profunda e exige tratamento mais rigoroso. Não devemos permitir a manipulação do próprio movimento de libertação da mulher, em favor de interesses que conduzem a reprodução de uma situação de intensa exploração de todos os trabalhadores.

Não nos interessa, como mulheres, ao mesmo tempo prejudicar os ganhos dos homens e fortificar o sistema. Ao lado de uma democracia política é necessário exigir uma democracia econômica. Sabemos que a condição da mulher passa por transformações, mas é importante assinalar como se dá essa transformação e anotar que muitas das conquistas demarcadas nesse processo, significam o crescimento da mulher através dos mesmos mecanismos de dominação que combatemos. Esta seria a máxima incoerência.

Entre 8 de março de 1957 e o assassinato de 139 mulheres, por ordem dos proprietários de uma empresa dos Estados Unidos, e o dia de hoje, permanece o fio da história, que é o da mesma opressão e repressão sobre os trabalhadores, e a dupla exploração da mulher. Nossa homenagem ao 8 de março se estende a todas as que são exploradas, da maneira mais intensa, pelo mesmo sistema que foi capaz de gerar aquele fato histórico e que reproduz sua violência no cotidiano da vida das operárias, das bóias-frias, de todas as trabalhadoras submetidas ao grau de exploração máxima em nossa sociedade.

Por isso, nossa luta não se desvincula da luta maior de todo o nosso povo, por condições de vida e trabalho mais dignas, pela conquista de amplas liberdades políticas e por transformações sociais que devolvam ao universo de trabalho novas possibilidades de realização do humano.

Não vou conceder o aparte aos colegas porque nós vamos ouvir o Deputado Deni Schwartz, que fará o seu discurso de despedida, e gostaríamos neste momento de homenageá-lo pela posse na Secretaria da Indústria e Transportes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Nos 15 minutos restantes da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "No momento em que me afasto da convivência estreita e diária com os companheiros do poder Legislativo para assumir um cargo no Executivo, não posso evitar de fazê-lo com um sentimento de pesar, pois isso ocorre quando a Assembléia Legislativa se prepara para um novo período, mais que nunca favorável ao aperfeiçoamento de suas funções. As eleições de novembro, que levaram o PMDB ao poder no Paraná e em vários outros Estados brasileiros permitiram também uma nova correlação de forças, onde a aproximação do governo com a comunidade se afigura como um caminho irreversível.

O estreitamento dessa relação se liga diretamente à postura de um Legislativo forte, independente e capaz de atuar em harmonia com o Executivo. Para a realização desse encontro,

que pode beneficiar o Paraná como um todo, grande peso terão as atitudes do Governador José Richa e desta Casa, unidos na busca de soluções para as grandes questões estaduais, assim como para os problemas que, em âmbitos menores, atingem parcelas significativas da população.

Mais que nunca esta Casa deverá representar os anseios da gente paranaense, ampliando os canais de consulta e comunicação com todos os setores da sociedade, reciclando-se ante as exigências da nova realidade e dando maior vitalidade à sua própria atuação. Mesmo amputado de suas prerrogativas, o Legislativo é uma escola de entendimento da coisa pública em seus diferentes aspectos, mostrando o contraditório dos diversos interesses de áreas e setores sociais, das posições políticas e até pessoais mas nos dá o referencial para pensar o Estado e o conjunto de interesses do povo e das diretrizes partidárias em busca da afirmação dos interesses maiores. Muito aprendi nesta Casa, pelo apoio e pela crítica, pelo aplauso e pela contestação, e esta convivência democrática, mesmo em seus momentos mais tumultuados, não pode ser substituída pela elite e os iluminados.

LEGISLATIVO FORTE

Para se afirmar como um poder por excelência, independente e dono de suas prerrogativas, o Legislativo não precisa se afastar do Executivo ou estabelecer uma fronteira de guerra, mas compreender os interesses comuns, com ângulos diferentes de postura. Bem sabemos como foi lamentável o distanciamento entre os dois poderes, mais que isso, a desconsideração do mais forte para com o Legislativo que, em decorrência, se transformou em mero dependente. Devemos questionar essa relação e encontrar os caminhos para praticar a força do Legislativo, constantemente reafirmada pela manifestação da sociedade, cientes de que nós, parlamentares, não temos apenas no voto a nossa força; ela brota de nossa efetiva e renovada representação dos interesses sociais.

PARTIDOS

A convivência nesta Casa nos aponta também a existência de uma ética pessoal, de ação e conduta que identifica homens acima de partidos políticos, mas somente na órbita da democracia, pois nenhuma outra identificação encontraremos entre fascistas e socialistas, por exemplo. A ação dos fascistas parte da elite de iluminados que domina totalitariamente a sociedade, enquanto a ação dos socialistas parte de interesses de toda a sociedade, embora adote, por vezes, os métodos fascistas de governo, desvirtuando seus próprios objetivos.

Os partidos democráticos, sejam populares, sociais, trabalhistas, liberais ou conservadores, podem conviver e encontrar os pontos de construção comum, ainda que estrategicamente contraditórios, sobre métodos democráticos de ampla representação das classes, camadas sociais, grupos étnicos e culturais.

Além da ética pessoal, que pode ser comum aos homens de diversas posições políticas e ideológicas, há compromissos econômicos, sociais e culturais de representação, consubstanciados ou não em programas políticos, que em razão de sua diversidade permitem o amplo debate de idéias e interesses sociais, aprimorando a representação legislativa e a ação executiva. Através dele poderemos encontrar tanto a via de fortalecimento dos poderes como a identificação de canais permanentes de representação dos interesses da sociedade ao nível das instituições públicas.

CRISE

Empenhados na luta pelo aperfeiçoamento político, não devemos esquecer que estamos diante de um tempo de crise geral, onde os problemas econômicos assumem enorme importância. Se por um lado as dificuldades restringem nossas ações, por outro poderão levar-nos a meditar profundamente sobre nossas principais questões, a ouvir a população, os técnicos e a classe política como o centralismo excessivo e o autoritarismo impediram até agora.

Desse diálogo intenso e sincero poderão surgir as solu-

ções que a tecnocracia não conseguiu forjar em seus gabinetes fechados, ignorando a realidade não só do Paraná, mas do Brasil. Conscientes dessa realidade e abertos à participação comunitária no processo de decisões, estaremos muito mais próximos do caminho que levará o Estado à sua identidade e ao plano de desenvolvimento que deseja e merece.

DIÁLOGO

Ciente da importância da missão que me foi delegada, ingresso na função executiva com a vivência política adquirida em todos estes anos de parlamento e frente à prefeitura de Francisco Beltrão. Na direção da Secretaria dos Transportes, pretendo incentivar e realizar um diálogo aberto com todos os setores da sociedade e, em especial, com o meio político. Lá estarei, conhecendo as dificuldades e os imensos desafios que teremos pela frente, nos obrigando a traçar com responsabilidade e coerência um programa de prioridades voltado para a realidade e para as necessidades estaduais.

E lá estarei sabendo que o sucesso da missão está estreitamente relacionado à convivência clara, honesta e verdadeira entre o Executivo e a classe política, e de ambos em relação à comunidade, que espera ver surgir de nosso esforço um Paraná renovado no caminho do desenvolvimento, com liberdade e melhores condições de vida para todos".

Vemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a manifestação da mulher na tribuna desta Assembléia. Ouvimos, atentamente, Deputados, que agora assumem este Poder, o Deputado eleito pelo PDS, Maia Filho, fazendo a sua estréia na tribuna do PDS. Ouvimos o Deputado Anibelli, o Deputado Fernando Jr. e outros Deputados, inclusive esse grande companheiro do Sudoeste, Caíto Quintana, talvez fazendo uso pela primeira vez da tribuna da Assembléia. Isso demonstra, Srs. Deputados, que há uma razão para que as galerias desta Casa, num dia como hoje, estejam com comparecimento acima do normal.

Nós, que há 8 anos aqui chegamos, sentimos-nos satisfeitos de, neste momento, que apesar da inexperiência de alguns, do maior nervosismo de outros, esta Assembléia está caminhando a passos largos para atingir aquilo que ela deva ser, o canal de reivindicação da população paranaense.

Vemos, neste momento, com muita satisfação, que a Assembléia realmente inaugura um novo período, e inaugura muito bem, nesses novos tempos que o Brasil e o Paraná passam a viver; o estreitamento dessa relação que liga o Executivo ao Legislativo.

Liga diretamente também, à necessidade de um Legislativo forte, independente e capaz de atuar com harmonia com o Executivo. Para realização desse encontro que pode beneficiar o Paraná como um todo, grande peso terão as atitudes do Governador José Richa e desta Casa. Unidos em busca de soluções para as grandes questões estaduais, assim como para os problemas que, em âmbitos menores, atingem parcelas significativas da população.

Acostumamos, desta tribuna, dizer que o Paraná não só era um Estado e é um Estado viável. Temos orgulho de sermos paranaenses, e hoje em contato mais direto com o Executivo, podemos dizer que esse orgulho é maior ainda.

Estamos a assumir um Estado, membros de um partido, partido de Oposição, e chegamos a um Estado com uma infra-estrutura, que, talvez, deva até ser invejada pelos homens de outros Estados. Devo ter a coragem de admitir que receberemos um Estado não numa situação caótica, como infelizmente muitos outros Estados e, principalmente, as Prefeituras deste Estado e deste País, se encontram.

Temos, aí, a infra-estrutura de estradas; temos, aí, a infra-estrutura de energia elétrica; temos aí, a infra-estrutura de comunicações.

E, por isso, Srs. Deputados, temos afirmado que, independentemente da facção política que viesse a governar o Estado, a partir de agora, esta é uma fase de transição.

Em cima desta infra-estrutura montada, há um desafio, o desafio à inteligência dos paranaenses, de todo este Brasil, dos brasileiros de todo este Brasil que para cá vieram, e construíram este Estado, está o desafio para que um novo caminho seja, a partir de agora, trilhado.

E, nesse momento, mais do que nunca, esta Casa deverá representar os anseios da gente paranaense, ampliando os canais de consulta e comunicação com todos os setores da sociedade, reciclando-se ante as exigências da nova realidade, e dando maior vitalidade à sua própria atuação.

Mesmo amputado de suas prerrogativas, o Legislativo é uma escola de entendimento à coisa pública, em seus diferentes aspectos, mostrando o contraditório dos diversos interesses de áreas e setores sociais; das posições políticas e até pessoais, mas nos dá o referencial para pensar o Estado e o conjunto de interesses do povo e das diretrizes partidárias, em busca da afirmação de interesses maiores.

Muito aprendi, Srs. Deputados, nesta Casa, pelo apoio e pela crítica, pelo aplauso e pela contestação, e esta convivência democrática, mesmo em seus momentos mais tumultuados, não pode ser substituída pela elite ou pelos iluminados.

Para se afirmar como um poder por excelência, independente e dono de suas prerrogativas, o Legislativo não precisa se afastar do Executivo, ou estabelecer uma fronteira de guerra, mas compreender os interesses comuns com ângulos diferentes de postura. Bem sabemos como foi lamentável o distanciamento entre os dois Poderes. Mais que isso, a desconsideração do mais forte para com o Legislativo que, em decorrência, se transformou em mero dependente.

Devemos questionar esta relação e encontrar o caminho para praticar a força do Legislativo, constantemente reafirmada pela manifestação da sociedade, cientes de que nós, parlamentares, não temos apenas no voto a nossa força, ela brota da nossa efetiva e renovada representação dos interesses sociais.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Muito obrigado, Sr. Deputado Deni Schwartz, com quem tive a honra de, em 74, chegarmos juntos a esta Casa.

Deputado Deni Schwartz, nós que tivemos no decorrer destes últimos anos, grandes e sérios desentendimentos políticos nesta Casa, tivemos nossas desavenças políticas sempre, em debates acalorados, em tardes memoráveis, em reuniões que os Anais haverão de perpetuar para a história, vemos, Vossa Excelência hoje, numa posição diferente. Vemos hoje, o Deputado Deni Schwartz, o grande político Deni Schwartz, assumindo, praticamente assumindo, um cargo no Poder Executivo, para o qual o seu partido lutou durante tantos anos.

Vemos agora, Deputado, o amadurecimento do homem público, o amadurecimento daquele homem que tem a visão exata da medida, que sabe avaliar, perfeitamente, e, mais do que isso, reconhecer os méritos e os deméritos de tudo aquilo pelo qual nós lutamos. Tenho certeza, Deputado Deni Schwartz, que Vossa Excelência, com a sua capacidade pessoal, profissional, de engenheiro que é, mas, sobretudo, pela sua experiência política no trato da coisa pública, no trato com o povo paranaense, na condução e recondução para esta Casa, com milhares e milhares de votos, sempre, fará com que Vossa Excelência seja um grande Secretário dos Transportes.

É essa a grande aspiração e a grande ambição que nós temos com a sua ida a uma Secretaria de Estado. Quisera que

Deus iluminasse o Sr. José Richa para que mais políticos fossem alçados a cargos executivos; temos brigado durante muitos anos, Deputado Deni Schwartz, dizendo que o técnico é o homem que deve ficar para assessorar o político, porque só ele, só nós políticos é que temos a capacidade indelegável de decidir o que é melhor para o nosso povo e para a nossa gente.

Portanto, a sua ida, como a do Deputado Nelson Friedrich, hoje Deputado Federal, para uma Secretaria de Estado, é um fato que engalana e orgulha a classe política do Paraná, especialmente V. Excelência, que se portou com tanto zelo, com tanta dedicação, com tanta hombridade, com tanta inteligência e com tanta participação nas lutas pelo engrandecimento deste Estado.

Quero desejar a Vossa Excelência, meu particular amigo, Deputado Deni Schwartz, as maiores felicidades, que Deus o proteja, para que Vossa Excelência acerte e acerte sempre para o bem do Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado

Gabriel Sampaio, aparte esse que aumenta a responsabilidade deste parlamentar, porque um fracasso no Executivo por parte deste que vos fala, poderá representar também, pelo menos para alguns, um fracasso do próprio Legislativo. Poderão afirmar amanhã ou depois que nós, da tribuna, poderíamos dizer coisas, mas que na hora de executar, não tivemos a capacidade de executar, mas Deus nos iluminará e os companheiros da Assembléia, aos meus companheiros de partido a quem eu peço aconselhamento e orientação, aos meus adversários, a quem eu peço a mais firme oposição, porque é com a firme oposição, é com o bom aconselhamento, a boa orientação que nós poderemos dar o exemplo para começarmos nessa nova fase do Paraná, começarmos a dar passos largos para, usando aquela infra-estrutura que me referi, termos um Paraná mais feliz, um povo mais feliz.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, eu que estou convalescendo de uma cirurgia, tenho até evitado de participar dos debates nesta Casa, chegando quase que na hora da votação, mas quando vi o anúncio que Vossa Excelência ocuparia a tribuna, não poderia deixar de aqui comparecer para cumprimentá-lo e dizer da minha satisfação, nós que nos conhecemos desde a época de prefeito e convivemos nesta Casa, dizer da minha certeza, da minha confiança de que Vossa Excelência bem representará a classe política hoje nesta nova função que irá desempenhar.

Tenho certeza que a Secretaria dos Transportes estará em boas mãos, porque além do conhecimento que Vossa Excelência tem, como administrador, como prefeito que já foi, como engenheiro e como político, com a convivência que sempre teve com o povo, saberá bem desempenhar esta função, valorizando mais a classe política. Os meus cumprimentos, nobre Deputado Deni. Vossa Excelência fará falta nesta Casa, mas representará muito melhor ainda esta Casa, a classe política nesta nova função como Secretário dos Transportes.

Meus cumprimentos, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço ao Deputado Gilberto Carvalho com quem tive a oportunidade, há muito tempo, em brigas, antes como prefeito, depois como Deputado, apren-

der a admirar a sua coerência política e seu comportamento sempre ético, que, aliás, tem norteado todos os companheiros nesta Casa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência que por 8 anos, com brilhantismo, com eficiência, com dignidade e de maneira exemplar, incorporado à nossa bancada, chegou vitoriosamente às eleições de 15 de novembro, renovando com expressiva votação esse mandato que o povo lhe delegou, agora colaborando e fazendo parte do Governo do PMDB, assumirá Vossa Excelência uma função executiva.

Queira receber, em nome de seus companheiros de partido, de bancada, dos que chegaram hoje, dos que pelearam e vivenciaram nesses últimos 8 anos a luta da oposição, receba os nossos cumprimentos, pela sua luta aqui desenvolvida, mas receba a certeza da solidariedade, do apoio, do estilo e do incentivo que lhe estaremos prestando na sua nova função.

Leve o abraço caloroso dos homens do Legislativo e saiba que aqui, mesmo as vozes que se levantarem para criticá-lo, o farão numa função eminentemente política, das prerrogativas do poder de fiscalização e não sobre qualquer aspecto de caráter pessoal. Receba, pois, o nosso abraço, a nossa solidariedade e os votos de uma feliz gestão, para que como Secretário dos Transportes, não só abra estradas para este Paraná, não só conserve estradas, mas seja Vossa Excelência, um caminho aberto, um elo de comunicação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Seja Vossa Excelência o construtor desta grande larga via que deve existir entre os homens do Executivo e os homens do Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Sr. Deputado

Nilso Sguarezi, dizendo que talvez mais do que construir estradas ou de conservá-las, talvez a missão mais nobre para mim, seja exatamente essa, de estabelecer uma ponte entre os dois poderes. E se isso eu conseguir fazer a contento, me darei por satisfeito pois, nos parece, que esse novo Paraná neste período de transição, mais do que nunca o entendimento, acima de partidos políticos, acima de críticos ou de criticados, está o interesse comum. Estamos aí a viver um período de crise. Um período de crise que eu quero dizer aos companheiros, não deve intimidar ninguém. Período de crise que deve, ao contrário, como todo período de crise, estimular as inteligências. Porque eu tenho certeza que este período de crise em que vive a Nação brasileira, estimulará as capacidades que estão latentes no povo brasileiro e particularmente no povo paranaense. Para acharmos aqueles caminhos amplos, aqueles caminhos que nos conduzirão a uma democracia, a um melhor relacionamento entre povo e governante. Esta ampla avenida é que nós pretendemos conseguir como fruto de uma crise, que eu tenho certeza, gerará valores para deles sairmos airoso.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta, mas tem de adverti-lo de que seu tempo está esgotado, no entanto lhe concede mais um minuto para concluir a sua oração. Antes porém, esta Presidência gostaria de se associar às manifestações de apreço, de carinho e de respeito que fazem ao ilustre Deputado Deni Schwartz, que deixa esta Casa para assumir um cargo no Executivo do Estado. Que Deus vos ilumine Deputado.

O Sr. Anibal Khury — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como hoje é o dia de despedida do Deputado Deni Schwartz desta Casa, e como eu tenho certeza que quase todos os seus colegas desejam apartear-lo, solicitaria da Mesa, um gesto liberal, que deixasse o Deputado Deni Schwartz falar, para que possamos todos nós dele nos despedir.

Acho que é uma homenagem a um Parlamentar que honrou esta Casa e que Vossa Excelência, dentro do espírito democrático que o norteia na Presidência dos trabalhos, poderá conceder esse espaço para que todos nós possamos apartear o Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Atendendo a solicitação do ilustre Deputado, esta Presidência não vê como deixar de atendê-lo, por se tratar de uma despedida de um companheiro. Nestas condições, concede-lhe, extra-regimentalmente, cinco minutos para que Vossa Excelência conclua.

O SR. DENI SCHWARTZ — Até fico comovido com as palavras dos ilustres companheiros e fico até preocupado de que seja uma despedida mesma. Disse no início do meu pronunciamento, preferia dizer que nos ausentávamos temporariamente.

Concedo aparte ao Deputado Nelson Buffara, e posteriormente ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Deni Schwartz, acredito que Vossa Excelência não está se despedindo desta Casa, esta Casa é sua, Vossa Excelência tem um mandato e eventualmente estará na condição de Secretário de Estado que, por certo, honrará como honrou o seu mandato.

Mas Vossa Excelência, depois de fazer a saudação aos Deputados que falaram nesta tarde, fez umas colocações muito felizes para mim. Quando Vossa Excelência, não admitindo este espírito derrotista, vem dizer — e vem dizer o Deputado Deni Schwartz, um dos Deputados sempre dos mais votados nas três eleições que o trouxe a esta Casa — fiquei muito feliz quando ouvi de Vossa Excelência que o Estado do Paraná, se não é o melhor, é um dos melhores da Federação em termos gerais, finanças, etc.

Quando recebo esta afirmação de Vossa Excelência, recebo de alguém que tem condições de fazer esta afirmativa. Vossa Excelência sempre foi tido e havido nesta Casa um dos mais duros, dos mais intransigentes no cumprimento do dever.

Fui de sua bancada por oito anos, sou Deputado por 16 anos, estou no quinto mandato, na nossa bancada, na ex-bancada que me pertencia, na sua bancada de hoje, Vossa Excelência sempre foi estimado e respeitado e também respeitado pelos Deputados da Oposição, bancada na qual hoje estou integrado.

Quero cumprimentá-lo por duas razões. Pelo seu tirocínio político, pela sua coragem, pela sua bravura de vir aqui dizer que é verdade enfim. É altamente louvável sua iniciativa.

Em segundo lugar, porque Vossa Excelência foi muito bem votado no primeiro mandato, no segundo e no terceiro, o Deputado mais votado, o que lhe credencia, o que lhe dá condições para fazer a afirmativa que acabou de fazer.

Quero dizer de viva voz, de um Deputado que tem amadurecimento político, de um Deputado que tem cancha nesta Casa, não sou um orador, nunca fui, não me jactei jamais de ser um tribuno com eloquência, como Vossa Excelência sempre foi, mas digo, com sensibilidade, com aquela sensibilidade que me caracteriza como Deputado de cinco mandatos que quanto mais o conheço mais o admiro. Não quero nada de Vossa Excelência. Não vou pedir benesses a Vossa Excelência na Secretaria de Transportes, mas quero dizer que Vossa Excelência é um dos mais legítimos defensores desta Casa numa Secretaria de Estado.

Receba os meus parabéns, os meus cumprimentos e que Vossa Excelência se perpetue como político. Deputados como Vossa Excelência tem que estar aqui permanentemente, para o bem desta Casa.

Muito obrigado Deputado, pelo aparte que me concedeu.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço ao Deputado Nelson Buffara e concedo aparte ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Deputado Deni Schwartz, realmente esta Casa se alegra com o fato de um dos seus mais combativos integrantes ter sido convidado, pelo futuro Governador, para o exercício das altas funções de Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes.

Particularmente a mim, como companheiro de região e com quem mantive um alto entendimento político, recordando sempre a frase de Voltaire de que é possível discordar sempre, é possível não concordar com uma só palavra em determinado episódio político, mas de defender sempre o direito de dizê-las, é que eu hoje, em meu nome pessoal, em nome daquela vasta, sofrida e promissora região Sudoeste, que o saúdo. Sei que Vossa Excelência, como eu, como o Deputado Nilso Sguarezi, como o Deputado Caíto Quintana, colocamos acima das nossas divergências partidárias o interesse de representar com dignidade e honradez a nossa região Sudoeste do Paraná. Região que já produziu eminentes homens públicos, tanto no Legislativo, quanto no Executivo e que, certamente, é o que desejamos, ficará honrada com a atuação de Vossa Excelência na Secretaria dos Transportes.

Que Vossa Excelência seja feliz pelo Sudoeste, pelo Paraná, pelo Parlamento, pelos políticos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte. Queria dizer o seguinte, aos meus adversários, repito, peço a mais dedicada exposição. Estarei na Assembléia à disposição de todos para ouvir, para me aconselhar. Aos meus companheiros de partido, com este entusiasmo natural de quem chega, depois de muito tempo, ao Poder, para que me auxiliem, para que compreendam as dificuldades que passaremos.

Termino com convicção, o Paraná é um Estado viável. Nós iremos vencer. Não nós, em termos de partido, nós o Paraná, nós o povo paranaense, iremos superar esta Crise. Iremos superar, inclusive, com mais facilidade do que o restante da Nação brasileira. Crise esta que não é paranaense, é nacional, é inclusive do mundo ocidental.

O povo paranaense irá vencer, com a ajuda de todos os Srs. Companheiros de partido, meus adversários. Este conjunto de homens sérios irão encontrar, nesta crise, os caminhos mais abertos para chegarmos àquilo que todos nós temos como objetivo, que é, realmente, sermos representantes do povo paranaense.

Muito obrigado. (Palmas) - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência registra com satisfação a presença, em plenário, do Sr. Dr. Eugênio Stefanello, Secretário da Agricultura do Estado do

Paraná. Também registra a presença do Sr. Carlos Zanlorenzi, Prefeito de Campo Largo.

No horário destinado à Liderança, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Fará uso, Sr. Presidente, em primeiro lugar, por dez minutos, o Deputado Tércio Albuquerque. E, posteriormente, por dez minutos, o Deputado Ivan Gubert e, finalmente, por dez minutos, o Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, por dez minutos, o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação, mas acima de tudo, com humildade, que retorno a esta tribuna, para falar em nome do meu povo e minha gente, que, pela segunda vez, volto a esta Casa para continuar com o meu jeito de ser, de homem do interior, mas acostumado a estudar os problemas do meu Estado e da minha região.

E, desta feita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna, ocupando o horário da liderança do meu Partido, na qualidade de vice-Líder, para responder a acusações infundadas feitas pelo Deputado Sabino Campos, representante também da região oeste, quando atacou nesta Casa a Superintendência do IAPAS.

E vou, em poucas palavras, já que o tempo é curto, tentar retratar, desta tribuna, a defesa ao IAPAS e seu Superintendente. (Lê):

"No dia 04 p.passado, o Deputado Sabino Brasil pronunciou discurso nesta Casa, fazendo denúncias contra pretensas irregularidades que teriam sido cometidas pelo ilustre Superintendente Regional do IAPAS, neste Estado, Dr. Carlos Ernesto Carlberg, ao locar prédio para a instalação da Agência da Previdência Social em Toledo, aliás, reivindicação antiga daquela prospera comunidade, que de há muito vem sendo encaminhada junto às autoridades do Ministério da Previdência pelo nobre Deputado Federal Antônio Mazurek.

O Deputado Sabino Brasil confessou em seu pronunciamento que ocupava pela primeira vez a tribuna desta Casa e talvez por isso mesmo, demonstrou não conhecer os assuntos abordados, especialmente no que diz respeito à instalação da esperada Agência da Previdência Social de Toledo, ou simplesmente pretendeu injuriar o nome honrado do Superintendente Regional do IAPAS, insuflado por mentes doentias. Como ficamos convencidos que ao ilustre Deputado foram levadas informações completamente fora da realidade, e para que não pairassem dúvidas quanto ao desempenho escoreito do Dr. Carlos Ernesto Carlberg, é que a seguir damos os esclarecimentos que julgamos necessários, frente ao que foi levantado pelo Deputado Sabino.

Efetivamente, pela Resolução 87, de 02 de fevereiro de 1980, o Sr. Presidente do IAPAS criou a Agência da Previdência Social em Toledo, ao mesmo tempo que determinou à Superintendência Regional do IAPAS para que em conjunto com as Superintendências Regionais do INPS e INAMPS adotasse providências com vistas à instalação do novel órgão. E para isso, quem tem experiência, não só de administração pública, mas como de resto em qualquer ramo de atividade e especialmente quando se trata de órgão da Previdência Social, face a gama de atividades e a imensa clientela que abrange, uma instalação desse porte tem que se cercar, pelo menos, de um razoável planejamento.

Assim é que houve necessidade de serem levantadas as necessidades mais prementes - local e pessoal, para nos atermos apenas àquilo que tanto preocupou o ilustre Deputado Sabino Brasil.

A primeira providência, pois, para instalação da Agência,

foi a de alugar o prédio. E o processo respectivo, de número 414.000/19770/82, teve início em 31/03/82. Submetido à Presidência do Instituto, esta autorizou a procura do prédio no dia 23/04/82, e o Edital competente foi publicado em jornais do Estado nos dias 27 e 28 de abril de 1982; apenas uma proposta foi apresentada e que se referia ao edifício localizado à Avenida Maripá, 1185, em Toledo.

O aluguel mensal pretendido era de Cr\$ 300.000,00, mas feita avaliação pelo Secretaria Regional de Engenharia e Administração do Patrimônio da Superintendência Regional do IAPAS, ficou estabelecido em Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) mensais. Que em dois anos totaliza Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), afora os reajustes da lei.

Novamente submetido o assunto à apreciação da Direção Geral do Instituto, em 11 de agosto de 1982, o Sr. Presidente autorizou a locação; em seguida a Superintendência Regional do IAPAS adotou as providências para a formalização do contrato de locação, cuja decisão foi publicada no Boletim de Serviço Local do órgão de número 75, do dia 01 de outubro de 1982. Por força de lei, a síntese desse contrato foi publicada no Diário Oficial da União do dia 03 de novembro de 1982, e no Boletim de Serviço Local da Superintendência Regional da mesma data.

Como se nota, não houve interesse do ilustre Deputado denunciante, de tomar conhecimento, ou "esqueceu" de ler o Boletim de Serviço Local do IAPAS do dia 01 de outubro de 1982. Saliente-se que o contrato foi registrado no 1.º Ofício do Registro de Imóveis de Toledo, em 06/10/82. E já foi apreciado pelo Tribunal de Contas da União. Está fartamente demonstrado que não houve assinatura do Contrato de Locação com efetivo retroativo conforme equivocadamente denunciou o Deputado Sabino Brasil.

Para quem não tem conhecimento das coisas, ou se tem, de má fé lhes dá outro sentido, julgaria que por já estar alugado o prédio, a Agência deveria estar funcionando a partir do dia 02 de outubro de 1982. Mas não é bem assim.

Houve necessidade de se providenciar as adaptações que o imóvel exigia, tais como balcões, divisórias, etc. O processo próprio tomou o número 414.000/22167/82 e o Sr. Presidente do Instituto expediu a competente autorização para as licitações próprias, no dia 03 de novembro de 1982.

E foi preciso mais. Contratar serviço de vigilância, de limpeza, pessoal e outras coisas mais, que se deixa de mencionar por não nos tornarmos enfadonhos.

Como se nota, o ilustre Deputado está muito mal informado, ou quem lhe transmitiu as informações não o fez corretamente. Não dá para entender o Deputado queixoso quando reclama a não instalação da Agência de Toledo e ao mesmo tempo informa que obtivera esclarecimentos junto ao "Agente de Toledo" de que isso se deve à falta de funcionários". Mas onde ele encontrou esse agente, se a agência ainda não foi instalada?

Quanto a suprir a Agência de Toledo de pessoal, foram adotadas as seguintes providências, obtidas junto ao DASP, autorização para realização de concurso público efetivado no dia 03/10/82, cuja homologação de parte daquele órgão foi publicada no Diário Oficial da União do dia 01 de dezembro de 1982, estão sendo feitas as contratações.

Outro tópico constante do discurso de denúncia do nobre Deputado Sabino Brasil, é o que se reporta à contratação de pessoal, sem concurso. Mais uma vez o nobre Deputado incorreu em impropriedade quando afirma que o Sr. Superintendente do IAPAS fez mais de 30 nomeações no período imediatamente anterior a 15 de novembro; primeiro, porque o Superintendente do IAPAS não tem poderes para nomeações e sim contratação de pessoal, mediante liberação do DASP e autorização da Direção Geral do IAPAS. Ademais o Superintendente Regio-

nal do IAPAS não contratou somente 30 servidores como denunciou o nobre Deputado, mas contratou pelo prazo de dois anos, em Tabela Especial, 129 servidores em diversas categorias numa primeira etapa, com base na exposição de motivos DASP número 129, aprovada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de maio de 1981, e a competente autorização da Direção Geral do IAPAS. E numa segunda etapa na mesma forma das primeiras contratações, contratou também, em Tabela Especial, pelo prazo de dois anos, mais 97 servidores, em diversas categorias apoiado na exposição de motivos DASP número 97, aprovada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, publicada no Diário Oficial da União, de 07 de abril de 1982.

Finalizando seu pronunciamento, o nobre Deputado repete as palavras do Ministro Hélio Beltrão, que define sua filosofia de trabalho. Pena que o ilustre Deputado não tenha refletido sobre o verdadeiro sentido das palavras do Ministro.

Pois se o tivesse feito, certamente antes de assacar acusações injustas, teria se dirigido diretamente ao Órgão atingido que, certamente, não lhe teria negado qualquer informação, como tem sido o procedimento da Superintendência Regional do IAPAS no Paraná".

O Sr. Sabino Campos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência me permite um aparte? Eu havia solicitado antes o aparte a Vossa Excelência, que me pediu que aguardasse.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Permita-me, Deputado Sabino Campos, conceder primeiro o aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Nobre Deputado Tércio Albuquerque. O Dr. Carlberg não é flor que se cheire. Lá em Maringá, quando era Vereador, fui Presidente de uma Comissão de Inquérito que apurou irregularidades no IAPAS.

O IAPAS estava alugando um prédio, na época, alguns anos atrás, 3, 4 anos por aí, no valor de 400 mil cruzeiros e entrou uma denúncia da dona do outro prédio, que estava sendo alugado pelo INPS, de que havia mumunha, de que havia um plano para repartir o dinheiro. E tenho comigo até hoje uma carta denunciando, tanto é verdade que o Dr. Carlberg foi dar o apoio a então agente do INPS, só que ela caiu depois do inquérito e o Dr. Carlberg foi salvo, mas participou deste fato lamentável na cidade de Maringá.

Logo, Deputado, ele não é flor que se cheire, não. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Esta Presidência comunica ao Deputado Tércio Albuquerque que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência que conceda mais cinco minutos para que o Deputado Tércio possa concluir seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Continua na tribuna o Deputado Tércio Albuquerque, por mais cinco minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — O pensamento de Vossa Excelência, Deputado Ferrari Júnior, poderá ser o Dr. Carlberg desonesto, mas eu só posso acreditar na sua desonestidade se Vossa Excelência nesta Casa me provar, porque é muito belo, é bonito, se atacar. Vossa Excelência trará e vamos, juntos, analisar a desonestidade; se for, estarei ao seu lado, nobre Deputado.

O Sr. Sabino Campos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, obrigado pelo aparte, mas eu gostaria de esclarecer ao nobre Deputado, que se Vossa Excelência for um pouquinho empresário, analisará a

maneira que foi feito este contrato e veja o Sr. Deputado, que foi assinado em 14 de outubro, com uma empresa para vigiar o prédio, em torno de dois milhões de cruzeiros, pelo prazo de um ano, e este seria alterado conforme alteração do salário mínimo.

Se fosse um bom administrador o Sr. Carlos Carlberg, ele teria assinado após primeiro de novembro, porque foi uma imoralidade, se assinou o contrato em 14 de outubro, em torno de dois milhões e pouco, em primeiro de novembro, esse mesmo contrato passou já, por força de contrato, a mais de dois milhões e oitocentos mil.

Disse o nobre Deputado que os meses de outubro, novembro e dezembro de 82, foram 250 mil cruzeiros. Realmente foram. Mas no ano de 83, são seis milhões de cruzeiros, não dois anos, como o nobre Deputado falou, e sim por um ano, 500 mil cruzeiros por mês.

E esta imoralidade, nobre Deputado, vai muito mais longe do que o senhor possa imaginar. Para que este prédio fosse cedido à Superintendência do IAPAS, a empresa proprietária deste prédio recebeu da Prefeitura Municipal de Toledo, o prédio da antiga Delegacia Municipal, até dia 20 de junho de 1983, gratuitamente.

E mais ainda, Sr. Deputado, o senhor não está informado...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência é que não está informado. Vossa Excelência é que sofismou.

O Sr. Sabino Campos — ... se Vossa Excelência não sabe, toda a mudança desta empresa foi feita também pela Prefeitura Municipal de Toledo; para que pudesse utilizar o IAPAS politicamente. Poucos dias antes da eleição.

Então é só os nobres Deputados analisarem, se são um pouco empresários, por que alugar um prédio poucos dias antes das eleições para ainda não estar funcionando? Eu, como empresário, alugaria agora para instalar agora. Não ter uma despesa como teve do período de primeiro de outubro até agora, para que? Só para que se usasse numa campanha política? Isso foi dito pelos candidatos do PDS, na ocasião, que já estava o IAPAS, que era um trabalho dos homens do PDS mas que realmente não funcionou.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência há de convir comigo, que um prédio recém alugado, ter um órgão da capacidade do IAPAS e que lá irá funcionar o INPS e o INAMPS, haverá de sofrer algumas modificações; haverá de ser aparelhado para poder dar início a um trabalho com eficiência e que a sua comunidade tanto quer que seja instalado em Toledo o IAPAS, o INPS, o INAMPS.

É por isso, Sr. Deputado, que precisamos estudar os fatos quando recebemos uma denúncia de alguém. E Vossa Excelência há de convir comigo que o Dr. Ernesto Carlberg, ele não poderia chegar em Toledo, alocar um prédio, sem haver concorrência, sem haver um "pode" do Presidente Nacional do IAPAS. Não haveria ele de ter as condições absolutas de sozinho resolver um problema como este.

Mas, parece-me, Sr. Deputado, para que Vossa Excelência cresça comopositor, reclamando em sua comunidade que nós instalamos eficiência nos órgãos...

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Sr. Deputado, o tempo de Vossa Excelência está esgotado. Esta Presidência concede a Vossa Excelência vinte segundos para encerrar seu pronunciamento.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Solicito que seja dado como lido o teor inteiro do meu pronunciamento.

Obrigado pelos vinte segundos. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está deferido o seu pedido. Concedo a palavra ao Deputado Ivan Gubert, por 10 minutos, de acordo com a Liderança do PDS.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com satisfação, ocupo a tribuna no dia de hoje, para tecer alguns comentários a respeito do requerimento apresentado no dia de ontem, pelo nobre Deputado Roberto Requião, o qual acusa irregularidades em licitações de obras escolares efetuadas pela FUNDEPAR, Fundação Educacional do Estado do Paraná, no corrente ano, bem como solicita providências do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de anular as citadas licitações.

Lamento, profundamente, não ter estado no plenário, na ocasião, para ter a possibilidade de rebater a argumentação apresentada.

Em primeiro lugar, na qualidade de ex-Diretor daquela entidade, conheço profundamente os princípios e a filosofia que norteiam as contratações de obras do órgão, pontos esses que contribuem para que a FUNDEPAR seja hoje modelo no Brasil entre os organismos de apoio ao sistema educacional.

Em segundo lugar, porque a argumentação nada apresenta de fatos concretos, razão pela qual, não considero esta oração como uma resposta justificativa, e sim como uma explicação.

Inicialmente, é recomendável esclarecer que a FUNDEPAR sempre agiu dentro dos ditames das normas legais e morais. A programação de construções de obras escolares é iniciada com pesquisa regular do fluxo de matrículas nas redes estadual e municipal de ensino, os dados ali coletados são analisados e discutidos com as autoridades educacionais da Secretaria de Estado da Educação e dos diversos municípios.

Isto resulta num levantamento geral de necessidade de construções escolares no Estado, que após compatibilização com os recursos disponíveis, e estabelecida uma escala de prioridades, permite a elaboração do plano anual de obras escolares.

Para sua execução, os terrenos são escolhidos, os projetos de engenharia executados e orçados dentro de padrões rígidos e uniformes, com coleta de preços regulares no mercado, após o que as obras são colocadas em licitação.

As normas que regem estas licitações são baseadas dentro da estrita observância da legislação vigente, e dos dispositivos das normas de administração da própria FUNDEPAR.

As licitações têm caráter público, e estão abertas a todos os interessados, podendo delas participar quaisquer firmas com situação regularizada perante os órgãos competentes. Prova disto é a ampla divulgação que a FUNDEPAR dá às suas licitações, com publicações na imprensa diária, Imprensa Oficial do Estado e comunicação aos órgãos de classe, bem como a colocação de avisos de licitação em edital próprio do órgão.

Atestam isso, também, o grande número de firmas participantes nas licitações apontadas, variando entre 5 e 19 empresas, em cada ato, bem como a facilidade e riqueza de dados que o nobre Deputado colheu e apresentou em plenário.

É conveniente afirmar que o sistema exposto permitiu à FUNDEPAR a construção de 9.580 salas de aula nos Governos Jayme Canet Júnior, Ney Braga e Hosken de Novaes.

A FUNDEPAR sempre foi uma casa aberta ao empresário da Construção Civil, bem como a Deputados, Prefeitos, políticos de quaisquer partidos e, com certeza, não se furtará de prestar esclarecimentos a esta Casa, caso solicitada, o que terá apoio de todos nós, Deputados do PDS agora, e na futura gestão que se aproxima.

Gostaria de frisar que a anulação das licitações propostas pelo nobre Deputado, representaria prejuízo para uma população escolar, calculada aproximadamente em seis mil crianças, de oito municípios paranaenses, bem como prejuízos financeiros à entidade e, por conseguinte ao Estado, uma vez que a paralisação gerará a desvalorização de dinheiro já alocado para as obras e o aumento do custo de cada uma delas, dado o regime inflacionário que ora vivemos.

As obras licitadas pertencem a contrato de financiamento da FUNDEPAR com a Caixa Econômica Federal, Programa Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, a qual exerce rígida fiscalização em todos os procedimentos licitatórios e de execução de suas obras. Esse procedimento vem sendo adotado há vários anos, e nenhuma irregularidade sequer foi apontada, sem falar no estrito controle que sofre a entidade, do Tribunal de Contas do Estado, com os mesmos e satisfatórios resultados.

Causa-me estranheza, no entanto, as colocações do nobre Deputado, uma vez que as provas não foram apresentadas, comprovando a existência de irregularidades nas licitações apontadas, apenas suposições e transgressões à legislação vigente.

Sinto profundo pesar ao ver o nobre Deputado Roberto Requião denunciar corrupção, sem apresentar uma prova concreta sequer.

Não havendo por parte da FUNDEPAR nada que desabone a moralidade e legalidade de seus atos licitatórios, como procurei demonstrar, resta-me supor que o Deputado estaria referindo-se a possíveis conluíus entre empreiteiros participantes das licitações ou outros comprometimentos que desconheço, o que seria, no meu entendimento, grave acusação a uma lusura de uma classe empresarial que vem muito lutando para o engrandecimento do Paraná.

É profundamente lamentável sob este aspecto que documentos e provas que comprovem o eventual acordo paralelo entre as empresas, não sejam apresentadas nem juntados ao requerimento do nobre Deputado, que se diz portador do mesmo.

Embora possa ser considerado inexperiente em lides parlamentares, acredito que a defesa dos direitos de homens e instituições se façam a partir do caráter de cada um, independentemente da experiência que acumula. Por esta razão, venho à tribuna como um local onde a palavra deve ser precedida sempre dos mais legítimos princípios de honestidade. Nunca deve ser utilizado unicamente para dar vazão a querelas particulares, ou à defesa de causas indefinidas.

Certo de ter prestado os esclarecimentos devidos e convicto que a FUNDEPAR está aberta a quaisquer averiguações que os nobres colegas desejem, agradeço a atenção e concedo o aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Nobre Deputado Ivan Gubert, ouvi atentamente seu pronunciamento, onde Vossa Excelência explicava como se faz uma concorrência pública e legal.

Eu, inclusive, vou requerer à Mesa, que agregue ao meu requerimento-denúncia, o texto do discurso do Deputado Ivan Gubert.

Ele explicou claramente como se faz uma concorrência, mas o que denunciei aqui, da tribuna, foi uma ação entre amigos em que algumas firmas se apropriavam de uma concorrência, sorteando entre eles as diversas etapas e diversas obras a serem realizadas.

Acredito que o Governador Hosken de Novaes também sabe o que é uma concorrência e o que é uma "ação entre amigos", e a experiência próxima nos tem mostrado que o Governador Hosken de Novaes vê o Estado de uma forma um pouco diferente do que o conjunto do PDS até agora. Acredito que o Governador Hosken de Novaes, informado da denúncia realizada da tribuna desta Assembléia, irá por cobro a esta operação que beneficia algumas empresas numa flagrante violação do erário público. A contribuição do Deputado Ivan Gubert será necessária para saber a diferença entre a concorrência e a "ação entre amigos".

Muito obrigado, Deputado.

O SR. IVAN GUBERT — Lamento que o prezado Deputado insista em que existe concorrência ilegal. Eu gostaria de explicar ao nobre Deputado, que a FUNDEPAR, sendo uma Fundação de Direito Privado, nem sequer precisaria licitar

uma obra. O processo licitatório pelo próprio Decreto-Lei 200 é dispensável. Ocorre que ela o faz para demonstrar a lisura do seu trabalho.

Não compreendo a forma que Vossa Excelência diz ter havido concorrência ilegal. Se houve "ação entre amigos", Deputado, gostaria que houvesse uma prova e isto nada tem a ver com a FUNDEPAR e sim Vossa Excelência está acusando os empreiteiros que trabalham com a FUNDEPAR. Aí cabe a Vossa Excelência acusar a cada um deles e procurar realmente esclarecer a verdade.

Outra coisa, Deputado. Vossa Excelência alega que não falou ter havido irregularidade. Vossa Excelência, no seu requerimento, fala ter havido irregularidade no processo licitatório e fala que houve corrupção — no seu pronunciamento o Sr. falou — que houve corrupção dentro da FUNDEPAR.

Hoje, os jornais estamparam isso, e eu me permito...

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Comunico ao nobre orador que está encerrado o seu tempo. Neste horário são improrrogáveis os horários.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Maia Filho, por cinco minutos, no Horário da Liderança do PDS.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo novamente a tribuna, apenas para dizer de alguns mal-entendidos que houve em meu pronunciamento.

Num aparte do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, impingia-me de que eu havia dito em meu discurso que o Sr. José Richa foi um prefeito corrupto. De maneira alguma eu disse isso, e por enquanto não tenho autoridade para dizer isso.

Quero ilustrar ao nobre Deputado que eu pedi apenas na CPI que irá se formar, que haja uma imparcialidade e para que a imagem do Sr. futuro Governador mantenha-se ainda impecável, na futura CPI, façam também no final do Governo do Sr. José Richa. Não disse, nesta tribuna, que o contrato foi feito pelo então prefeito com uma firma, seria ilegal ou corrupto, mas apenas eu pedi as informações necessárias para serem analisadas. Foi esse o teor do meu discurso.

Estranhou-me mais, Srs. Deputados, que após eu dizer isso, após não acusar ninguém; apenas pedir informações, o meu ilustre colega Deputado Anibelli, ocupou a tribuna um tanto feroso, dizendo que eu deveria ter dignidade, me preocupar em falar em nome do Sr. José Richa. Concorro em certas partes com o Deputado. Acho que o Governador José Richa tem mais imagem que eu, tem mais carisma do que eu, tem mais cultura do que eu, tem mais idade do que eu, tem mais peso do que eu, mas eu nunca me declinarei a dizer que ele tem mais dignidade do que eu. Porque, onde termina a dignidade do Sr. José Richa, começa a dignidade do Deputado Jorge Maia Filho. Isso nunca vou aceitar, Deputado, porque fui criado por uma família cristã, honro meus pais e honro meu nome.

Isso eu queria deixar bem claro, que quando tiver que falar no Sr. José Richa, falarei com a mesma distinção de falar sobre qualquer nome desta tribuna.

Queria, já que o tempo me permite, terminar aqueles esclarecimentos, ou ainda, antes de terminar meu esclarecimento, ceder um aparte ao Deputado Fiori Luiz, que enquanto eu falava no Pequeno Expediente, se não me falha a memória, ele pretendia fazer um aparte.

O Sr. Fiori Luiz — O senhor está muito enganado, porque pelo Regimento Interno, não posso pedir aparte no Pequeno Expediente.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Achei que Vossa Excelência queria um aparte e o daria agora, com todo o prazer. Concedo o aparte ao nobre Líder.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Gostaria de aproveitar a oportunidade, nobre Deputado Jorge Maia Filho, Vossa

Excelência, que vem a esta Casa respaldado por uma votação autêntica, honrando aqui nesta Casa inclusive a tradição de seu velho pai, brilhante parlamentar que tanto fez por Apucarana e região e que hoje, na nossa bancada, como um estímulo à participação dos novos Deputados, foi designado o Vice-Líder, não só pela sua vontade de bem representar o povo que lhe delegou este mandato, mas também, pelo seu passado familiar e pessoal de dignidade e de honradez.

Porque, realmente, causa surpresa que Sua Excelência o Deputado Antônio Martins Anibelli, à falta provavelmente de outros argumentos, tenha feito uma colocação indelicada, anti-ética e anti-parlamentar.

Mas não foi só por aí que foi o nobre Deputado Antônio Anibelli. No seu pronunciamento de Pequeno Expediente, ele fez uma verdadeira mescla de mais de 10 ou 15 assuntos, parecendo até que sua presença na tribuna, nesta tarde, parecia uma verdadeira miscelânea de música popular; e, neste caso...

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Esta Presidência comunica ao orador que está na tribuna que o seu tempo está encerrado. Peço, pois, que conclua sua oração.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Permita-me, Sr. Presidente, solicitar que Vossa Excelência...

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Faço esta Questão de Ordem à Mesa, para que o Líder do Governo não gaste o tempo dos poucos minutos do Deputado Jorge Maia e que abra, ao Deputado Jorge Maia, o tempo que lhe resta à Liderança, para que possamos dialogar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Deputado Antônio Anibelli que o Horário da Liderança do PDS já está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Peço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, em exercício da Assembléia Legislativa, que proceda com relação ao PDS, da mesma forma como tem procedido o Deputado Trajano Bastos, com relação aos Deputados do PMDB, concedendo mais um minuto para a conclusão do seu pensamento. Este tem sido o procedimento desta Casa, de vez que Presidente é para presidir o Poder e não para...

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Esta Presidência comunica ao Líder do PDS que este horário da Liderança não pode ser prorrogado. Não há guarida regimental para tanto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Vossa Excelência e esta Casa mesmo testemunhou, ainda pouco, a abertura de uma exceção ao Regimento, quando o nobre Deputado Deni Schwartz despediu-se da Assembléia Legislativa, para exercer o cargo de Secretário dos Transportes. E o Deputado Trajano Bastos tem concedido permanentemente a todos os parlamentares de ambos os Partidos, um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

Peço que Vossa Excelência me assegure a palavra para concluir a Questão de Ordem.

Vossa Excelência sabe que para Questão de Ordem não há tempo pré-determinado. Solicito a Vossa Excelência que conceda um minuto para que o Deputado possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. FIORI LUIZ — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Gostaria de contar com a benevolência do Presidente, e eu entendo que, apesar das críticas, das divergências, dos antagonismos, eu reforçaria o pedido do nobre Líder, porque já houve essa exceção para Deputados de

nossa bancada. Pediria então que desse um minuto, para que Jorge Maia pudesse concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Esta Presidência concede ao Deputado Jorge Maia Filho, mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para levar ao conhecimento de Vossa Excelência que eu havia solicitado uma Questão de Ordem, e é muito comum que se conceda a Questão de Ordem ao Deputado.

Vossa Excelência passou por cima e concedeu um minuto ao Deputado Jorge Maia Filho.

Diante disso eu declino, mas fica registrado para que futuramente, não ocorra mais isto.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Agradeço. Muito obrigado, Deputado Fiori Luiz, muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas vou dizer que amanhã concluirei meu pensamento sobre o requerimento rejeitado do nosso líder.

Concedo o aparte ao nosso Líder Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Só para concluir.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Vossa Excelência concede o aparte duas vezes ao Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Esta Presidência solicita aos Deputados que se atenham aos apartes concedidos.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Quero concluir o meu pensamento.
(Apartes paralelos).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita ao Deputado Anibelli, que a palavra está assegurada ao orador, Deputado Jorge Maia Filho.

(Outros Deputados solicitam apartes).

O SR. JORGE MAIA FILHO — Primeiro ao meu Líder, logo após a Vossas Excelências, com todo o prazer.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Jorge Maia, para concluir o aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Esta Presidência comunica que está encerrado o minuto de tolerância concedido ao Deputado Jorge Maia Filho.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que me inscreva em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) A Mesa defere.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, devidamente apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "HCJB A VOZ DOS ANDES — ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/82, de autoria

do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública o "LAR DE NAZARÉ" Assistência à Velhice Desamparada, da cidade de União da Vitória. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — Da Proposição n.º 125/82 - Veto Parcial aposto pelo Sr. Governador do Estado (Mensagem 131/82), ao Projeto de Lei n.º 128/82, que altera o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. - Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para encaminhar) Observando, nobre Presidente, na Mensagem do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, a exposição de motivos para o seu veto, a Proposição 125/82, bem como Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do veto parcial do Sr. Governador do Estado, e recomendamos à Bancada do PMDB para que vote favoravelmente ao citado veto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Continua em votação.

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Andrade. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Moisés Maluf, ocorrido em Maringá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "O Estado do Paraná", no dia de hoje, sob o título "Falência ou Incompetência". — Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Houve um lapso no requerimento de minha autoria, Sr. Presidente. Onde consta São João do Ivaí, queira observar São Jorge do Ivaí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de convite ao Dr. George Christófis, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná, com a finalidade de proferir palestra sobre tese que reivindica ao comércio varejista melhores condições para o desempenho de suas atividades. — Em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela Ordem) Que Vossa Excelência providenciasse o inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a leitura. (É feita a leitura do requerimento).

O SR. NILSO SQUAREZI — Nós desejamos prestar integral apoio a esta iniciativa e nos parabenizar com o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, ao convidar o Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná, que, na verdade, deve ter importantes subsídios e reivindicações desta classe que tem ajudado muito o Paraná, na consecução da riqueza deste Estado.

Nosso integral apoio a essa iniciativa. .

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Os Srs. Depu-

tados que aprovam, queiram conservar-se como estão. —
Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, apresentado da tribuna na sessão de ontem, referente a irregularidades nas licitações de concorrência pública na FUNDEPAR, bem como o envio ao Sr. Governador do Estado, do documentos anexos a este e da transcrição do seu pronunciamento, utilizando a legislação aplicável à espécie, determine a correção das irregularidades apontadas. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PDS votará favoravelmente ao requerido pelo nobre Deputado Roberto Requião. Todavia, o voto do PDS não significa concordância com os termos do requerido.

Sua Excelência faz uma presunção de irregularidades na FUNDEPAR e não aponta uma prova sequer da irregularidade.

O nobre Deputado Ivan Gubert, ao usar da tribuna esta tarde, teve a oportunidade brilhante de esclarecer não só o procedimento administrativo licitatório da FUNDEPAR, como

também dizer da necessidade da construção das obras em questão.

Portanto, o PDS, por entender que não há nada a esconder nesse processo de licitação, vota favoravelmente, com a ressalva necessária.

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Em votação. —

Aprovado.

Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira. (Declina).

Havendo declinado, passaremos a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, por 15 minutos. (Declina).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 87 e 111/82.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.^o 125/82.

Levanta-se a Sessão.